UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

LILIAN PRADO PEREIRA

TRANSFERÊNCIA DE VALOR E DEPENDÊNCIA:
BRASIL E ARGENTINA (2000-2015)

(VERSÃO REVISADA)

SÃO PAULO
JUNHO DE 2017

LILIAN PRADO PEREIRA

TRANSFERÊNCIA DE VALOR E DEPENDÊNCIA:
BRASIL E ARGENTINA (2000-2015)

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Integração da América Latina para
obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Sociedade,
Economia e Estado

Orientador: Prof. Dr. Júlio Manuel Pires

(VERSÃO REVISADA)

SÃO PAULO

2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Pereira, Lilian Prado

Transferência de valor e dependência: Brasil e Argentina (2000-2015)/Lilian Prado Pereira; Orientador Júlio Manuel Pires. São Paulo: USP/PROLAM, 2017.

105p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2017.

1. Teoria Marxista da Dependência. 2. Dependência. Transferência de valor. 4. Brasil e Argentina.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Lilian Prado Pereira

Transferência de valor e dependência: Brasil e Argentina (2000-2015)

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Integração da América Latina para
obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Sociedade,
Economia e Estado

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo carinho.

Ao Prof. Dr. Júlio Manuel Pires pela disponibilidade, apoio e confiança depositada enquanto orientador deste trabalho.

Aos companheiros do Núcleo de Estudos do Capitalismo Dependente (NECAD), por me acompanharem nessa jornada.

Aos colegas e professores do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, em especial à Profa. Dra. Maria Christina Siqueira de Souza Santos, pela amizade e apoio durante essa pesquisa.

Aos professores Márcio Bobik Braga, João Machado Borges Neto e Marisa Amaral pela importante contribuição na construção deste trabalho.

À CAPES, ao PROLAM e à USP, por fornecerem à estrutura necessária para realização deste trabalho.

*Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patria, no quiere a su madre
Soy América Latina
Un pueblo sin piernas, pero que camina
(Calle 13 – Latinoamérica)*

RESUMO

PEREIRA, L. P. **Transferência de valor e dependência, Brasil e Argentina (2000-2015)**. 2017. 109p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina PROLAM/USP, 2017.

Partimos do pressuposto de que a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais é a característica estrutural da situação de dependência e o que impede o desenvolvimento dos países dependentes. Entendemos que a condição de dependência dos países periféricos se adaptou às novas conformações econômicas do mercado mundial e como consequência novas formas de transferência de valor surgiram. A pesquisa se restringiu à análise de dois países latino americanos, Brasil e Argentina, que foram escolhidos por serem as maiores economias do Mercosul e por suas similaridades políticas e econômicas como países dependentes e ao período de 2000 a 2015. O trabalho está dividido em duas partes, sendo que na primeira buscamos apontar dentro do pensamento social latino-americano o lugar da teoria marxista da dependência e mostrar como a transferência de valores é a sua característica estrutural e na segunda buscamos classificar e analisar essa situação utilizando indicadores macroeconômicos que demonstram as transferências de valor por meio de três agentes: (a) o mercado, (b) o governo e (c) capitalistas privados. Chegamos à conclusão de que, apesar de serem países de renda mais elevada (renda média superior), Brasil e Argentina se comportam como países de renda menor (renda média inferior e até renda baixa) no que se refere às transferências de valor, o que demonstra que são mais vulneráveis e transferem mais valor para os países centrais do que outros países na mesma faixa de renda, ou seja, são países dependentes.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência. Dependência. Transferência de Valor. Brasil e Argentina.

ABSTRACT

PEREIRA, L. P. **Transfer of value and dependency: Brazil and Argentina (2000-2015)**. 2017. 109p. Dissertation (Master degree). PROLAM/USP, 2017.

We start this study from the assumption that the transfer of value from the dependent countries to the central ones is the structural characteristic of dependency and what prevents the development of the dependent countries. We understand that the dependency condition of peripheral countries has adapted to the new economic conformations of the world market and, as a consequence, new forms of value transfer have arisen. The research was restricted to the analysis of two Latin American countries, Brazil and Argentina, which were chosen for being the largest economies of MERCOSUR and their political and economic similarities as dependent countries. The analysis is also restricted to the period from 2000 to 2015. In the first part of the work we seek to identify within Latin American Social Thought the place of Marxist Theory of Dependence and to show how the transfer of values is its structural characteristic of the dependent countries, and in the second part we seek to classify and analyze this situation using macroeconomic indicators that demonstrate the transfers of value through three agents: (a) the market, (b) the government and (c) private capitalists. We conclude that, despite being higher income countries (upper middle income), Brazil and Argentina behave as lower income countries (lower middle income and even lower income) in terms of transfers of value, which shows that they are more vulnerable and transfer more value to the central countries than other countries with the same income, so we can say they are dependent countries.

Keywords: Marxist Theory of Dependency. Dependency. Transfer of value. Brazil and Argentina.

RESUMEN

PEREIRA, L. P. **Transferencia de valor y dependencia, Brasil y Argentina (2000-2015)**. 2017. 109p. Disertación (Maestría). Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina PROLAM/USP, 2017.

Partimos del supuesto de que la transferencia de valor de los países dependientes a los países centrales es la característica estructural de la situación de dependencia y lo que impide el desarrollo de los países dependientes. Entendemos que la condición de dependencia de los países periféricos se adaptó a las nuevas conformaciones económicas del mercado mundial y como consecuencia nuevas formas de transferencia de valor surgieron. La investigación se restringió al análisis de dos países latinoamericanos, Brasil y Argentina, que fueron elegidos por ser las mayores economías del Mercosur y por sus semejanzas políticas y económicas como países dependientes y al período de 2000 a 2015. El trabajo está dividido en dos partes, siendo que en la primera buscamos apuntar dentro del pensamiento social latinoamericano el lugar de la teoría marxista de la dependencia y mostrar cómo la transferencia de valores es su característica estructural que impide el pleno desarrollo de los países dependientes y en la segunda Se buscan clasificar y analizar esa situación utilizando indicadores macroeconómicos que demuestren las transferencias de valor a través de tres agentes: (a) el mercado, (b) el gobierno y (c) capitalistas privados. Hemos llegado a la conclusión de que, a pesar de ser países de renta más elevada (renta media superior), Brasil y Argentina se comportan como países de renta menor (renta media inferior e incluso renta baja) em lo que se refiere a las transferencias de valor, lo que demuestra que son más vulnerables y transfieren más valor a los países centrales que otros países en la misma franja de renta, es decir, son países dependientes.

Palabras clave: Teoría Marxista de la Dependencia. Dependencia. Transferencia de valor. Brasil y Argentina.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
----------	-------------------------	-----------

PARTE I

2	Pensamento social latino-americano: do desenvolvimentismo da CEPAL à Teoria da Dependência	21
2.1	Teoria do desenvolvimento vs. Desenvolvimentismo da CEPAL	22
2.2	Desenvolvimentismo vs. Dependência	29
2.3	Teoria Marxista da Dependência (TMD) vs. Teoria da Dependência do ILPES	35
3	Transferência de valor como uma interpretação da teoria marxista do valor	42

PARTE II

4	Dependência na era do capital global: Brasil e Argentina	57
4.1	Financeirização	57
4.2	Reprimarização e desindustrialização	61
4.3	A nova condição de dependência	64
5	Demonstrações da transferência de valor por meio de análises macroeconômicas	66
5.1	Transferência de valor: uma tentativa de classificação	68
5.2	Análise de dados macroeconômicos	71
6	CONCLUSÃO	92
	REFERÊNCIAS	95
	ANEXOS	100

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo é um modo de produção baseado na extração da mais-valia. O objetivo do capitalista é, então, obter um montante cada vez mais elevado de lucros e neste quadro assume papel central a obtenção de mais-valia extraordinária que é gerada pela transferência de valor produzido pelas empresas menos produtivas para as empresas mais produtivas. A obtenção da mais-valia extraordinária é o que motiva o capitalista a se desenvolver, buscando tornar-se cada vez mais produtivo e inovador para conseguir se manter em posição de superioridade no mercado.

Admitir a possibilidade de transferência de valores por meio das diferenças de produtividade dentro de um mesmo ramo ou entre diferentes ramos, no mercado mundial, dentro da lei do valor marxista, tem implicações que vão além da academia, implicações políticas que determinam que os países dependentes não poderão se tornar países desenvolvidos dentro da lógica capitalista, uma vez que, sempre que esses países menos produtivos entrassem no mercado mundial com seus produtos estariam competindo em condições de desigualdade e transferindo valor para os países centrais.

Embora alguns teóricos tratem isso como uma transgressão da lei do valor¹ na verdade é a simples aplicação da lei do valor marxista. O pressuposto de Marx de que os produtos são trocados por outros produtos de mesmo valor não passa de uma abstração teórica que permite melhor entender o processo de produção de valor simplificando-o. Ao voltar a tratar do assunto (troca de mercadorias) no Capítulo 10 do Livro I d'O capital (2013) Marx abandona esse pressuposto e afirma que o capitalista pode vender sua mercadoria por um valor social maior do que o seu valor individual obtendo assim mais-valor adicional, ou seja, trocando sua mercadoria por mais valor do que produziu (ou menor, caso produza com um valor individual maior do que o valor social).

Por muito tempo a transferência de valor dos países dependentes latino-americanos para os países centrais se deu predominantemente por meio do intercâmbio desigual, quando produtos primários, cujos preços se deterioravam a cada ciclo, eram trocados por produtos finais em condições de inferioridade no mercado mundial (PREBISCH, 2000). Isso permitia que parte do valor produzido nos países dependentes fosse transferida para os países centrais,

¹ Marini (2012) é um deles.

uma vez que quantidades diferentes de trabalho estavam sendo trocadas como se fossem iguais.

Entretanto, as transferências de valor intrasetorial e inter-setorial não são as únicas formas de transferência de valor que encontramos quando colocamos os países dependentes dentro do mercado mundial, mesmo porque, com a internacionalização do capital, países dependentes podem possuir maquinário com tecnologia tão avançada quanto os países centrais (com a diferença de que neles essa tecnologia de ponta é de propriedade do capital externo) e a condição de dependência dos países periféricos não é uma conformação estática, mas se desenvolve para se adaptar às novas formas de reprodução do capital. Na medida em que o capitalismo sofreu mutações também se alteraram as condições da dependência e novas formas de transferência de valores para os países centrais foram desenvolvidas. Tanto as transferências de valor quanto o capitalismo se desenvolveram e passaram por diferentes fases, mas a essência de ambos permaneceu a mesma.

Como afirma Edward Soja, “*o capitalismo – ou, se preferimos, a atividade normal dos capitalistas em busca de lucros – baseia-se, intrinsecamente, nas desigualdades regionais ou espaciais*” (SOJA, 1993, p. 132)” e, quanto às transferências de valor, mantém-se na mesma direção, dos países dependentes para os países centrais. As transferências de valor têm uma característica geográfica e não apenas econômica, elas são uma característica estrutural da condição de dependência que permeiam as relações entre os países no mercado mundial e aprofundam cada vez mais as disparidades regionais. O desenvolvimento geograficamente desigual, que promove as transferências geográficas de valor,

[...] não significa apenas deslocamentos aleatórios ou constantes, mas é estruturado sistematicamente, o efeito agregado dessas transferências de valor é a acumulação ampliada nas regiões centrais e uma drenagem das periferias. (SOJA, 1983, p. 68).

O termo transferência geográfica de valor foi usado pela primeira vez por Edward Soja (1983), em obra em que se baseia na obra de Ernest Mandel, para tratar da troca desigual baseada na diferenciação regional.

Mandel não trata diretamente da transferência geográfica do valor, ele trata principalmente da obtenção de superlucros, que seriam todos os lucros superiores à taxa de lucro social média (MANDEL, 1972, p. 234), ou seja, um lucro que é obtido por um capitalista às expensas de uma transferência de renda de seus concorrentes para si. Para Mandel, os

superlucros (ou lucros extraordinários) são a motivação que têm os capitalistas para investir e foram as principais fontes de exploração das colônias pelas metrópoles.

Apesar de não falar diretamente das transferências de valor em sua acepção geográfica, fica claro na obra de Mandel (*O capitalismo tardio*) que as transferências de valor têm uma direção única, das periferias para as metrópoles. O autor apresenta uma imagem bastante contundente do processo ao dizer que o mercado mundial funciona como um sifão, um instrumento que garante que o fluxo seja direcionado somente para um dos lados, impedindo que a sua direção se altere.

[...] o mercado mundial também continua funcionando como um sifão, transferindo não só a mais-valia crescente, mas também a mais-valia capitalizada, isto é, capital, das semicolônias para as metrópoles. (MANDEL, 1972, p. 262).

Soja trata dessas transferências dando ao capitalismo uma geografia concreta e chamando-as de transferências geográficas do valor (TGV), dando nome às transferências de valor unidirecionais da periferia para o centro do sistema capitalista que o autor credita a um desenvolvimento geograficamente desigual “*tão claramente visível e inevitavelmente presente*” (SOJA, 1983, p. 54).

Para Soja (1983), a espacialidade capitalista a sempre será geograficamente desigual porque seus elementos particulares nunca estão distribuídos de forma uniforme pelo espaço geográfico, ou seja, o capitalismo se desenvolve de forma desigual sobre o espaço criando uma estrutura hierárquica de desenvolvimento geograficamente desigual causada por diferenciações regionais nas combinações de diversas variáveis como a produtividade do trabalho, as taxas de lucros, a composição orgânica do capital, os níveis de salário, os custos da reprodução da força de trabalho, os níveis tecnológicos e a mecanização das indústrias, a organização do trabalho e a incidência da luta de classes.

Esses diferenciais são mantidos pela distribuição desigual dos investimentos, da infraestrutura social e da concentração dos centros de controle da mão-de-obra e dos meios de produção (SOJA, 1993) e produzem estruturas de diferenciação no desenvolvimento geográfico em diferentes escalas: mundial, regional, nacional e mesmo dentro de um mesmo espaço geográfico entre a cidade e o campo.

Algumas áreas obtêm lucro líquido em termos de valor, enquanto outras incorrem num prejuízo líquido, e isso tem um certo efeito na geografia da acumulação, na formação de centros e periferias em todas as escalas espaciais. (SOJA, 1989, p. 139).

A transferência geográfica do valor, como um produto desses elementos inter-relacionados, deve ser entendida como consequência do desenvolvimento desigual do capitalismo no tempo e no espaço que faz com que o valor produzido em uma região seja realizado, pelo menos em parte, em outro local. A transferência geográfica de valor é “*precisamente um agrupamento de condições de produção inter-relacionadas, as quais definem centro e periferia*” (SOJA, 1983, p. 67) e está vinculada diretamente aos processos que permitem a acumulação ampliada nas regiões centrais e a drenagem de recursos das periferias. Ela implica que a produção, realização e acumulação se distanciem e aconteçam com regularidade em locais diferentes, não raramente em países diferentes, promovendo que países centrais e periféricos (ou dependentes) se distanciem cada vez mais.

Amin (1976) traz essa questão para a discussão da luta de classes no cenário internacional, poderíamos falar em nações burguesas e nações proletárias? Para Soja (1989) ele captou com essa questão a essência da transferência geográfica do valor. Mesmo que não possamos dizer que existam nações burguesas e nações proletárias, existem, sim, diferenças profundas entre as nações centrais e periféricas e por isso pode-se afirmar que as contradições sociais básicas do capitalismo estão dadas dentro da burguesia mundial e o proletário mundial.

O conceito de transferência geográfica de valor é um conceito que cobre um amplo conjunto de meios e mecanismos que desviam os valores produzidos em uma área para outra, dos países dependentes para os países centrais ou de regiões menos desenvolvidas para regiões mais desenvolvidas dentro de um mesmo país e, neste ponto, converge com as ideias da teoria marxista da dependência ao demonstrar geograficamente a impossibilidade de desenvolvimento para os países dependentes dentro do sistema capitalista.

Na teoria marxista da dependência (TMD) a transferência de valores é um conceito chave, a essência da situação de dependência (MARTINS, 2013). Ao entrar no mercado internacional os países dependentes o fazem submetidos à divisão internacional do trabalho e à transferência de boa parte dos valores que produzem para os países centrais. A transferência de valor age como um condicionante estrutural para os países dependentes (CARCANHOLO, M D, 2012) e a especificidade de suas economias, que Marini (2012) chamou de *sui generis* reside na necessidade de responderem aos “*distintos mecanismos de transferência de valor para o centro da acumulação mundial*” (CARCANHOLO, 2013, p. 93).

Trata-se então de um modo de circulação próprio aos países dependentes, em que a produção não depende da capacidade interna de consumo para existir e gerar lucros e aparece, nos países dependentes, de uma maneira específica deles a contradição inerente ao capitalismo, a oposição entre capital e os trabalhadores que são vendedores e compradores de mercadorias, ainda mais acentuada².

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital — a produção e a circulação de mercadorias (...) (MARINI, 2011, p. 155).

Enquanto, para os países centrais, a participação da América Latina na economia mundial como exportadora de bens primários diminui os efeitos da contradição interna do capitalismo, ao fornecer itens necessários a manutenção da classe trabalhadora a preços mais baixos e assim contribuir para a diminuição do valor da mão-de-obra, na América Latina os efeitos da mesma como economia exportadora agem no sentido de acentuar essa contradição por impedir a criação de um mercado consumidor e estimular a superexploração da força de trabalho. Sem demanda interna o mercado mundial é a única saída para a produção, o que deixa esses países ainda mais dependentes do comércio internacional.

Para Theotônio dos Santos (1970), a transferência de valores dos países dependentes para os países centrais leva os primeiros à perda do controle dos seus recursos produtivos na medida em que entram em um mercado mundial que produz relações desiguais e combinadas, em que as relações de comércio são baseadas no controle monopólico do mercado e as relações financeiras são baseadas em empréstimos e na exportação de capital, ambas desvantajosas para os países dependentes que veem parte da sua mais-valia ser exportada em pagamentos de juros, dividendos e repatriamento de lucros.

Essa dissociação entre a produção e a apropriação de valor foi tratada com especial atenção por Reinaldo Carcanholo (1981) que analisou a distinção entre a produção e a apropriação de valores de forma quantitativa e de forma qualitativa. Qualitativamente a distinção está na

² (...) os operários como compradores de mercadorias são importantes para o mercado. Mas, como vendedores de sua mercadoria — a força de trabalho — a sociedade capitalista tende a reduzi-los ao mínimo do preço."(MARX apud MARINI, 2011, p. 155).

sua origem, enquanto os três fatores de produção (capital, terra e trabalho) constituem fontes de apropriação de riqueza pelos seus agentes, somente um deles, o trabalho, é fator de produção dessa riqueza. Já quantitativamente, a diferença é produto das relações de produção particulares do capitalismo produzidas historicamente, e é o fator que determina o surgimento da categoria de transferência de valor.

Em "Dialética da Dependência", ensaio em que Marini (2012) discute os principais conceitos dessa teoria ainda em formação (TMD), a transferência de valor assume papel relevante. O autor identifica em seu texto dois mecanismos de transferência de valor dos países dependentes para os centrais, o primeiro pela diferença de produtividade e o segundo pelo monopólio dos setores com composição orgânica do capital (COC) mais alta. No primeiro o autor trata da mais-valia extra obtida pelas empresas do mesmo ramo que possuem maior produtividade por serem tecnologicamente mais desenvolvidas ao conseguirem produzir mercadorias com valor individual menor do que o valor de mercado³. Como os países centrais possuem tecnologia mais avançada do que os países dependentes conseguem vantagens ao colocar seus produtos no mercado mundial e obtêm com eles parte do valor produzido nos países periféricos. Já o segundo mecanismo apresentado se refere à deterioração dos termos de troca, a transferência de valor no comércio entre mercadorias de classes distintas pertencentes a ramos com diferentes composições orgânicas de capital como produtos primários e produtos finais, por exemplo.

O autor busca o motivo da deterioração dos termos de troca, apontada por Prebisch (2000), refutando a tese de que se devem à lei da oferta e demanda, uma vez que ela não explica por que a oferta continua se expandindo mesmo com a queda dos preços. Ruy Mauro Marini não aceita também que a causa seja intervenções políticas ou militares internacionais que, apesar de existirem, são para ele resultado de uma base econômica anterior. Para ele os preços dos produtos primários exportados pelos países dependentes caem porque, na sua troca por produtos finais produzidos pelos países desenvolvidos, parte do valor por eles produzido é transferida. Isso ocorre porque os produtos primários são de produção com COC mais baixa, ou seja, empregam capital constante (c) em menor proporção que empregam capital variável (v), e por isso utilizam maior quantidade de força de trabalho (FT) na produção de suas

³ Como já tratamos desse assunto no subitem 2.1 deste capítulo não nos estenderemos aqui nesse ponto.

mercadorias, que, evidentemente, produzem mais valor⁴. Em um mercado competitivo essa situação já bastaria para que ocorresse transferência de valor dos países dependentes para os centrais, entretanto, há ainda o fator monopólio, uma vez que os países centrais são os únicos que possuem tecnologia avançada.

... o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. (MARINI, 2012, p.145).

Amaral (2012), seguindo o pensamento de Marini (2012), afirma que as transferências de valor da periferia para o centro provocam, nos países dependentes, uma interrupção da acumulação interna de capitais que precisa ser completada pela geração de mais excedentes. Para Marini (2012), a resposta dos capitalistas dos países periféricos a essa situação é a superexploração do trabalhador local. Para compensar o valor cedido, os capitalistas latino-americanos recorrem ao incremento do valor trocado, que acontece por meio do aumento da massa de valor produzida e que pode ser conseguido de três formas: pela intensificação do trabalho; pela prolongação da jornada de trabalho ou pela diminuição dos salários abaixo do necessário para que o trabalhador consiga repor sua força de trabalho. Utilizando-se desse expediente os capitalistas dos países dependentes minam a formação de um mercado nacional pleno reproduzindo a condição de dependência e impedindo que os países dependentes se desenvolvam plenamente.

Diante do exposto, nosso objetivo nesse trabalho é analisar a situação de dependência na América Latina partindo da Teoria Marxista da Dependência, ou seja, utilizando os conceitos que a conformam em especial, o conceito de transferência de valor. Partimos do pressuposto de que os países latino-americanos se inserem no mercado mundial na condição de países dependentes, que enviam recursos para os países centrais, e tem, por isso, sua situação econômica condicionada ao desenvolvimento dos países desenvolvidos.

A limitação de tempo nos impede de analisar neste trabalho a América Latina como um todo e, por isso, nos limitamos ao estudo de dois países: Brasil e Argentina. A escolha desses países se deve à maior facilidade de acesso aos dados necessários à pesquisa, uma vez que são países maiores e que disponibilizam mais informações, e à semelhança que apresentam em seu desenvolvimento social, político e econômico. Brasil e Argentina são países que,

⁴ Na teoria marxista do valor o trabalho humano abstrato é o único criador de valor, logo, quanto mais trabalho mais valor. Pelo mesmo motivo o aumento da produtividade não aumenta a produção de valor.

apesar de terem economias de tamanhos muito diferentes, passaram juntos pela colonização europeia (embora a Argentina tenha sido colonizada por espanhóis, e o Brasil por portugueses), pelo domínio inglês, por ditaduras, guerras e mais recentemente pela chamada “virada à esquerda” e agora estão passando juntos por uma retomada neoliberal.

Ambos se encontravam historicamente endividados após o financiamento de seus processos de independência e essa dívida só aumentou nas décadas que se seguiram, agravadas pelas crises mundiais de 1890 e 1930. A década de 1980 ficou conhecida como a década perdida na América Latina devido à crise da dívida quando os bancos internacionais restringiram o crédito aos países da América Latina e faltaram recursos na região para financiar o pagamento dos juros da dívida.

Entre 1980 e 1982 houve ainda um colapso dos preços das *commodities*, causado pela recessão nos países industrializados, que diminuiu a entrada de capital estrangeiro nesses países e desequilibrou a balança comercial. As consequências foram: um grande aumento da inflação, que corroeu o poder aquisitivo da população e causou um sentimento de insegurança e desconfiança do governo e a fuga de capitais (das famílias mais abastadas e internacionalizadas)⁵.

As elevadas taxas de inflação ameaçavam as duas democracias ainda recentes, e, ao corroer o poder aquisitivo dos salários, provocaram um forte sentimento de insegurança que minou o apoio popular aos governos constitucionais. Para conter seus efeitos Brasil e Argentina adotaram programas de contenção da inflação, aplicando uma forma de monetarismo ortodoxo que ficou conhecido como neoconservadorismo e que deu ênfase à liberdade do mercado, privatizou empresas estatais e direcionou as economias nacionais para a exportação pela diminuição das barreiras tarifárias, o que levou a produção de substitutos de produtos importados a entrar em colapso (CARDOSO; HELWEGE, 1993).

No fim do século XX começaram a surgir na América Latina diversos governos progressistas, formados por partidos que pela primeira vez conseguiram ocupar um espaço institucional dentro das democracias burguesas, e o Brasil e a Argentina também tiveram, nesse período, governos progressistas que chegaram ao poder formando governos de

⁵ Na Argentina houve ainda um processo de dolarização que causou um descontrole ainda maior na balança comercial, uma vez que dólares que poderiam ser usados para importação passaram a ser usados como meio de troca.

coalizão onde participam forças políticas de esquerda, centro-esquerda e centro (e até centro-direita).

A diferença entre os governos formados nos dois países é que, enquanto na Argentina faltou uma figura de esquerda, e uma força política tradicional subiu ao poder adotando personalidades progressistas (Nestor e Cristina Kirshner), no Brasil assumiu Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) que já era um líder com grande capacidade convocatória e de mobilização, com tradição de participação em lutas políticas.

Apesar dos novos governos progressistas, estes países continuaram presos a um sistema de dominação continental imperialista baseado na doutrina da governabilidade democrática imposto pelos Estados Unidos que garantiu a continuidade das relações econômicas entre essa potência dominante e os países latino-americanos. A reação das forças imperialistas à ascensão desses governos progressistas na América Latina foi a de partir em defesa da “ordem constitucional” onde o sistema de dominação continental, baseado na doutrina da governabilidade democrática, não se manteve e manter relações amigáveis com os países onde ela se manteve (REGALADO, 2012).

Outra característica em comum é a de que ambos os países são economias cujo grosso da renda produzida vem principalmente da exportação de produtos primários.

Assim, consideramos possível caracterizar os dois países como economias dependentes, dado suas trajetórias políticas e econômicas que são claramente condicionadas pelas necessidades das economias desenvolvidas e usar os dados macroeconômicos coletados para esses países para demonstrar a transferência de valor que age em sentido único nessas economias dependentes.

Este trabalho está então dividido em duas partes, na primeira buscamos apontar, dentro do pensamento social latino-americano, o lugar da teoria marxista da dependência e mostrar como a transferência de valores é a sua característica estrutural que impede o pleno desenvolvimento dos países dependentes. Tratamos da transferência de valor de forma teórica, mostrando os pressupostos deste trabalho que são: as transferências de valor ocorrem em uma mesma direção: dos países dependentes para os países centrais e impedem seu pleno desenvolvimento dentro de uma economia capitalista.

Para tratar da transferência de valor começaremos falando da nossa interpretação da teoria marxista do valor que é baseada, principalmente, nos trabalhos de Reinaldo Carcanholo.

Buscamos tratar dos principais tópicos da teoria marxista do valor que achamos necessário esclarecer para defender a tese da transferência de valor dos países dependentes para os países centrais, o que nós entendemos ser o principal condicionante da situação de inferioridade com que aqueles estão inseridos no mercado capitalista mundial.

Na segunda parte tratamos da situação atual dos países estudados dentro da economia mundial e a forma como a situação de dependência se desenvolveu junto com o capitalismo assumindo hoje, a transferência de valor, outras formas que vão muito além da transferência de valor por meio da diferença de produtividade. Existem transferências de valor por meio do pagamento de juros, repatriamento de lucros e dividendos, pagamento pelo uso de propriedade intelectual etc.

Para demonstrar nossas hipóteses trabalhamos com a análise de dados macroeconômicos, e classificamos as formas de transferência de valor dos países dependentes para os países centrais em 3 tipos, de acordo com as instituições por onde ocorrem. Por meio dos dados analisados pudemos observar que essas transferências de valor vão da periferia para o centro, conforme já haviam apontado os autores da Teoria Marxista da Dependência e outros que antes deles já haviam tratado da dimensão geográfica das transferências de valor.

Concluimos o trabalho tratando da impossibilidade de desenvolvimento pleno desses países enquanto permanecerem na condição de países dependentes, uma vez que têm seus recursos permanentemente drenados para o exterior e não reinvestidos em sua própria economia.

PARTE I

2 PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO DO DESENVOLVIMENTISMO DA CEPAL À TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A Teoria Marxista da Dependência, apesar de ter como seus principais teóricos nomes brasileiros⁶ se desenvolveu teoricamente no Chile e no México, países que receberam estes pesquisadores após o fim da democracia e o golpe militar de 1964 no Brasil. Esse movimento teve influências internas (brasileiras) no processo de industrialização que se iniciou nos anos 1920 e o ambiente político onde se opunham liberais e socialistas e que abriu espaço para o debate sobre o desenvolvimento do país. Externamente sofreu grande impacto pela Revolução Cubana.

O conflito ideológico iria assumir plena significação para o movimento revolucionário latino-americano através da Revolução Cubana, e da transição ao socialismo em 1962. Nesse sentido, o impacto da Revolução Cubana se deu em várias direções, como a destruição da tese da conciliação de classes sob a direção política da burguesia nacional, a recolocação do problema da conquista do poder político pelas massas e a radicalização das posições de todas as classes na América Latina, reabilitou o marxismo-leninismo na região, liquidando preconceitos sobre sua incompatibilidade com a realidade continental (SEABRA, 2017, p.2)

Neste trabalho, entretanto, focaremos o desenvolvimento teórico da Teoria Marxista da Dependência que se deu dentro da academia e, para isso, neste capítulo iniciamos nossa discussão falando das rupturas epistemológicas com a economia clássica que permitiram o surgimento de um pensamento social latinoamericano original no seio da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e deram origem ao desenvolvimentismo e que posteriormente, com a incapacidade dessa teoria em produzir políticas efetivas para a superação do subdesenvolvimento, levou os teóricos do ILPES (Instituto Latino-americano de Planificação Econômica e Social), órgão subordinado a CEPAL, a romperem eles também com o pensamento dominante (Cepalino) e criarem a Teoria da Dependência.

No seio da teoria da dependência vemos uma nova ruptura epistemológica entre a linha de pensamento Weberiana (Cardoso, Falleto, Paz, entre outros) e a marxista que contou com Marini, dos Santos, Bambira, Frank, entre outros teóricos, que criaram a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e passamos, então, a tratar do conceito de dependência adotado pela

⁶ Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, além de André Gunder Frank, que apesar de ser naturalidade alemã passou o período de 1963-1964 no Brasil (SEABRA, 2017, p. 1).

TMD e apresentar suas características principais de acordo com o trabalho de Rui Mauro Marini (2011), seu principal teórico.

2.1. TEORIA DO DESENVOLVIMENTO VS. DESENVOLVIMENTISMO DA CEPAL

Em um contexto de dominação ideológica dos Estados Unidos e da Europa sobre os países subdesenvolvidos foram criados conselhos econômicos regionais, sob a supervisão do Conselho econômico das Nações Unidas, para difundir a Teoria do Desenvolvimento, numa tentativa de explicar e justificar as disparidades entre aqueles e os países desenvolvidos e convencê-los de que eles também tinham oportunidade de se desenvolver. Assim surgiram a CEPAL (Conselho Econômico para a América Latina), a ECA (Comissão Econômica para a África) entre outros conselhos regionais.

A Teoria do Desenvolvimento difundida por esses órgãos entendia que o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são apenas quantitativamente diferentes, ou seja, fazem parte de um mesmo continuum evolutivo, estando as economias subdesenvolvidas estariam em fases inferiores do mesmo processo de desenvolvimento pelo qual já passaram as economias desenvolvidas. Assim, pretendiam transmitir a ideia de que, se se dedicassem, os países subdesenvolvidos poderiam alcançar o desenvolvimento, uma vez que se trata de processo linear, dois momentos constitutivos de uma mesma realidade (MARINI, 1999).

Nesse contexto, a CEPAL surgiu na América Latina para estudar os problemas regionais e propor políticas de desenvolvimento que estivessem de acordo com o pensamento dominante da Teoria do Desenvolvimento. Entretanto, ao se debruçarem sobre as questões regionais, os teóricos da CEPAL não puderam deixar de considerar a realidade interna da América Latina e tirarem suas conclusões com base nisso.

(...) la CEPAL, partiendo de la teoria del desarrollo, em los términos em que había sido formulada em los grandes centros, introduzca em ella câmbios que representarán su contribución propia, original, y que harán del desarrollismo latino-americano um produto sí, pero no um simple calcoo de la teoria del desarrollo (MARINI, 1999, p. 140).

Ao analisar a realidade latinoamericana, os teóricos da CEPAL desenvolveram um pensamento próprio que incluiu uma importante ruptura com a teoria clássica do comércio internacional (teoria das vantagens comparativas de David Ricardo).

Raúl Prebisch e a deterioração dos termos de troca

Em seu trabalho “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais” Raúl Prebisch (2000) faz uma forte crítica à Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo. Para escrevê-lo o autor se inspirou em um relatório elaborado pela Subcomissão para o Desenvolvimento Econômico das Nações Unidas chamado *Post War price relations in trade between under-developed and industrialized countries*, de 1949. Este documento que tinha circulação restrita (BRAGA, 2012) apontava para a existência de uma deterioração dos termos de troca de forma que as economias menos desenvolvidas ficavam em desvantagem no comércio internacional.

De acordo com a Teoria das Vantagens Comparativas, os países deveriam direcionar suas forças produtivas para alguns produtos em que possuem vantagens de produção em relação aos outros países e os trocar, por meio do comércio internacional, por outros produtos de que necessitassem. Dessa forma, os frutos do progresso técnico tenderiam a se espalhar de forma igualitária entre os países envolvidos por meio da queda dos preços ou do aumento da renda gerada por esses produtos. O mercado internacional, então, traria benefícios para todos se cada país se especializasse na produção de alguns itens de produção mais vantajosa (PREBISCH, 2000).

Na prática isso implicaria para a América Latina que ela deveria se ater à produção de bens primários e que a industrialização do continente não seria necessária para que seus países atingissem o desenvolvimento pleno.

Porém, os dados de comércio analisados por Prebisch o levaram a uma conclusão distinta. Ele percebeu que, com o passar do tempo, a relação entre os preços primários e finais não permanecia a mesma, mas se tornava cada vez mais desvantajosa para os países subdesenvolvidos. Isso acontecia porque, com a sucessão de diversos ciclos econômicos, a oferta e a demanda de produtos produzidos nos países centrais se tornam continuamente mais díspares. Nas fases ascendentes dos ciclos, as altas dos preços elevam os lucros corrigindo o excesso de demanda e na fase descendente acontece o oposto, os preços caem e com eles os lucros, corrigindo assim o excesso de oferta.

Prebisch afirma que na fase ascendente os preços dos produtos primários sobem mais intensamente do que os preços dos produtos finais e o lucro é canalizado para a periferia.

Entretanto, na fase descendente os preços primários caem ainda com mais intensidade em relação aos preços finais e, ao longo dos ciclos, os dois acabam se distanciando progressivamente fazendo com que a remessa de lucros dos países periféricos para os centrais seja maior do que o oposto. A isso Prebisch chamou de Teoria da Deterioração dos Termos de Troca (PREBISCH, 2000).

Temos, então, uma situação em que parte do valor produzido nos países periféricos é transferida para os países centrais na troca de produtos primários por produtos finais, provando que a Teoria das Vantagens Comparativas não se aplicava ao comércio entre países periféricos e países centrais no capitalismo.

Teve início, então, na CEPAL, um pensamento social latino-americano próprio que se baseou na realidade local para elaborar uma explicação e uma alternativa para o subdesenvolvimento da América Latina. Tendo em vista esse novo arcabouço teórico original a CEPAL passou a promover sua proposta sobre como a América Latina poderia alcançar o desenvolvimento. Este passaria pela industrialização do continente que poderia, então, entrar no mercado internacional em situação de igualdade com os demais países desenvolvidos.

A CEPAL e o Processo de Substituição de Importações (PSI)

A América Latina concentra países que estão em uma posição periférica no comércio internacional; a eles, no início do século XVIII, cabia, na divisão internacional do trabalho, a função de exportar produtos primários e importar bens de consumo terminados e bens de capital.

Entretanto, com a eminência das crises mundiais as economias latino-americanas foram muito abaladas. Os países periféricos, que tinham sua economia voltada para fora, foram atingidos grandemente pela depressão mundial (1929) e viram os preços de seus produtos primários despencarem. Uma vez que as exportações eram, para esses países, o fator de maior responsabilidade para o crescimento econômico, a queda na receita dali advinda fez diminuir pela metade a sua capacidade de importação (TAVARES, 1974).

A demanda nos países periféricos foi modelada por importações procedentes de economias muito mais avançadas no processo de acumulação (FURTADO, 1981), sendo formada pela

pequena parcela da população beneficiada pela exportação de bens primários e da produção das poucas indústrias existentes. Essa demanda por produtos que requeriam alto grau de tecnologia para serem produzidos foi mantida, mas a capacidade dos países latino-americanos para importar foi reduzida drasticamente e não havia uma indústria nacional capaz de atender à demanda existente.

Os processos de industrialização no Brasil e na Argentina foram atingidos de forma definitiva por essa situação, uma vez que, juntamente com as políticas adotadas pelos governos para proteger o mercado interno – que aumentaram os preços dos produtos importados – surgiu a oportunidade de elevados lucros para os empresários dispostos a investir na indústria nacional e na produção dos bens manufaturados importados demandados pelo mercado interno (BRESSER PEREIRA, 1977). Isso se traduziu em um grande estímulo para que empresários investissem em uma industrialização substitutiva.

O pouco que restou da capacidade interna para importar foi utilizado para compra de bens de capital e matérias-primas destinadas à instalação de novas indústrias para produzir internamente os bens que antes eram importados. Em um primeiro momento a seleção de novas linhas de produção foi feita de acordo com as necessidades da demanda interna, primeiro com os itens mais facilmente substituíveis e com maior demanda: os bens de consumo terminados (TAVARES, 1974).

O que seguiu foi um novo modelo de desenvolvimento que foi chamado de Processo de Substituição de Importações (PSI). Para Tavares (1974), o PSI pode ser entendido como uma resposta às restrições ao comércio exterior – importações – impostas pela crise internacional. Celso Furtado (1981) também afirma ter sido este um processo reativo à situação de crise internacional, buscando ocupar o espaço deixado vazio pela diminuição das importações.

Albert Fishlow, depois de investigar os surtos de industrialização no Brasil, analisando o relatório de 1949 da CEPAL elaborado por Raúl Prebisch, “*Estudo Econômico da América Latina*” também apresenta argumentos que confirmam essas explicações ao dizer que

(...) instrumentos de política conscientes, tais como as tarifas, não foram muito eficientes para provocar a substituição doméstica das importações e a industrialização antes dos anos cinquenta (FISHLOW, 1972, p. 8).

Mas a industrialização e a mudança na divisão social do trabalho nesses países da América Latina não implicaram uma transformação na divisão internacional do trabalho, ou seja, Brasil e Argentina continuaram com o seu papel de exportadores de produtos primários,

embora grande parte dos produtos industrializados demandados por sua população estivessem agora sendo produzidos internamente.

Para Tavares (1974) isso fez com que, na América Latina, houvesse uma distinção entre a produção que deveria atender ao mercado interno e a que deveria ser direcionada ao mercado externo (economia dual), o que não acontecia nas economias centrais. No PSI a evolução do comércio exterior ocorreu de forma contrária à ocorrida nos países centrais (onde, com o passar do tempo, foi aumentando a exportação de produtos mais elaborados e a importação de produtos primários); com ele as exportações continuaram sendo primordialmente compostas de produtos primários e as importações se tornavam cada vez mais sofisticadas (produtos secundários e bens de capital) devido à demanda da introdução de indústrias de bens finais de consumo em economias sem autonomia tecnológica (FURTADO, 1981).

Para Maria da Conceição Tavares, os países latino-americanos buscaram “*repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos*” (1974, p. 35), mas o PSI consistiu em um processo de desenvolvimento “parcial” (uma vez que não modificou o setor produtor de bens primários levando ao surgimento de um novo tipo de economia dual) e “fechado” (com os novos setores dinâmicos restritos aos mercados nacionais). Para ela

a dinâmica do processo de desenvolvimento pela via de substituição de importações pode atribuir-se, em síntese, a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo, através dos quais a economia vai-se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência. Ao longo desse processo, do qual resulta uma série de modificações estruturais da economia, vão-se manifestando sucessivos aspectos da contradição básica que lhe é inerente entre as necessidades do crescimento e a barreira que representa a capacidade para importar. [...] Os problemas de natureza externa e interna tendem a se avolumar de forma a frear o dinamismo do processo (TAVARES, 1974, p. 42).

Para a autora havia uma contradição interna no PSI que impediu que ele continuasse, trata-se do aumento da demanda causada pela produção de bens manufaturados nos países da América Latina. O investimento realizado para produção desses bens aumentou a renda de parte da população empregada em sua produção e isso, juntamente com a ausência de restrições internas para o comércio, fez aumentar a demanda por esses bens.

Isso não se configuraria em um problema não fosse a questão de que assim cresceu também a demanda por matérias-primas e outros insumos, necessários à fabricação desses bens, que

não existiam no mercado local, tendendo a ultrapassar a capacidade de importação, que havia continuado limitada por questões externas.

O processo continuou com uma nova onda de substituição de importações para cobrir essas necessidades, o que também gerou aumento da demanda e da necessidade de importações, assim acontecendo sucessivamente.

Para Tavares, a “*possibilidade de continuar a substituir depende do tipo de substituições previamente realizadas*” (1974, p.45) uma vez que, como já dito anteriormente, cada substituição implica uma nova gama de produtos (matérias primas e bens de capital) que precisam ser importados, que, com o passar do tempo, vão congelar a já restrita lista de importações dos países. A escolha das faixas de substituições de forma a evitar essa situação depende de uma capacidade de previsão e de decisão autônoma que só poderia vir do Estado ou de empresários inovadores, com uma visão dinâmica do mercado.

Há ainda, segundo a autora, condicionantes internos para o desenvolvimento do processo como:

- a dimensão e estrutura dos mercados nacionais que, nos países da América, Latina são reduzidos devido à má distribuição da renda. Os produtos industrializados aqui ficam dependentes unicamente do mercado interno que, por ser pequeno, não permite uma produção em escala suficiente para diminuir os custos de produção e assim permanecem restritos aos mercados nacionais;
- os países subdesenvolvidos importam uma tecnologia que foi concebida de acordo com os recursos naturais dos países onde foram desenvolvidas e, por isso, para desenvolver suas indústrias, necessitam de um grande esforço de acumulação de capital de difícil obtenção entre os empresários nacionais para importação de matérias-primas;
- para que o PSI continue é necessário que haja fontes de energia suficientes e outros recursos naturais que não estão presentes de forma homogênea na América Latina.

Para a autora há ainda a questão de que a industrialização na América Latina se deu absorvendo de forma insuficiente a força de trabalho, com baixa competitividade e custos de produção elevados, mantendo a desigualdade de renda, que já era característica da região, acentuada e por isso seria improvável que o PSI conduzisse os países da região a um resultado diferente.

Celso Furtado (1981) também apontou uma contradição no PSI que impedia que o processo se estendesse de forma satisfatória. Para o autor a autonomia dos países latino-americanos na produção de produtos manufaturados finais, concomitantemente à incapacidade de competição no mercado internacional com esses mesmos produtos, causou problemas de estreiteza de mercado ou de substituição de capacidade produtiva em vários setores produtivos. Outra questão apontada pelo autor é a de que

O PSI se configurou em um esforço para a diversificação da estrutura produtiva dos países latino-americanos muito grande para as suas capacidades de acumulação da época, e como a demanda já era muito diversificada os investimentos industriais se dispersaram excessivamente, não permitindo que o “tecido industrial adquirisse solidez (FURTADO, 1981, p. 42).

Essa também é outra característica que causa problemas para a continuidade do processo, uma vez que a dispersão dos investimentos impede o aproveitamento pleno das possibilidades da tecnologia utilizada.

O PSI foi um modelo de desenvolvimento desencadeado pela existência de um mercado consumidor para produtos manufaturados na América Latina e pela ausência de capacidade de importação suficiente para atender essa demanda causada por anos de crise no comércio internacional. Os governos utilizaram também instrumentos, como tarifas e incentivos fiscais, para promover a substituição de importações, mas estes não foram tão eficientes como os fatores externos (crises).

O tipo de industrialização (substituição de importações) implantado na América Latina ocorreu de forma dispersa, com investimentos e tecnologia externos, sem a infraestrutura, capital e mão-de-obra qualificada necessários para garantir seu crescimento de forma satisfatória. Também demandava uma grande quantidade de produtos secundários e bens de capital não disponíveis na região e que precisavam ser importados. Como foi um tipo de desenvolvimento “voltado para dentro”, que não produzia com capacidade para concorrer no mercado externo, sofreu as consequências da estreiteza do mercado consumidor (causada pela concentração de renda) combinada com a falta de planejamento de investimentos tanto governamentais como particulares.

O PSI não alcançou um significativo avanço tecnológico, uma vez que dependia de tecnologia estrangeira, e não conseguiu absorver satisfatoriamente a mão-de-obra nem aumentar a produtividade. O setor primário continuou subdesenvolvido e a produção da indústria não era competitiva internacionalmente para tirar da produção primária a

responsabilidade pelo crescimento da economia. Foi um processo que conseguiu dinamizar a economia da região, mas que não conseguiu alterar sua posição no mercado internacional nem impedir que fosse castigada com as crises inflacionárias e com o aumento dos desequilíbrios setoriais regionais.

Tavares (1974) aponta a falta de planejamento dos investimentos públicos e privados como a causa do colapso do PSI, das pressões inflacionárias e dos desequilíbrios setoriais regionais que atingiram a região no período posterior. Entretanto, não podemos concordar com essa conclusão uma vez que ela não leva em consideração a condição de dependente dos países estudados que implicou no forte endividamento externo e na construção de um parque industrial cujo financiamento estava fortemente atrelado ao investimento estrangeiro. Ambas características reforçaram a transferência de valor e aprofundaram a condição de dependência no período pós-industrialização nestes países. O que, para a autora, é resultado da falta de capacidade de gerenciamento dos recursos pelos Estados e suas burguesias locais, para nós é também resultado da condição estrutural de dependência a que estavam (e ainda estão) submetidos os países que propomos estudar neste trabalho

2.2 DESENVOLVIMENTISMO VS. TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Nos fins dos anos 1960 uma crise econômica atingiu a maioria dos países latino-americanos mostrando que a industrialização do continente não era suficiente para que superassem sua condição de subdesenvolvidos e o pensamento desenvolvimentista da CEPAL entrou em crise, o que significou a perda da posição privilegiada ocupada pela CEPAL na América Latina e causou controvérsias entre os pesquisadores do próprio órgão (MARINI, 2011).

A estagnação causou um clima pessimista entre os pesquisadores latino-americanos e promoveu o surgimento das teorias da dependência com base nos debates sobre o marxismo clássico, a teoria do imperialismo e a viabilidade do capitalismo nos países dependentes (FIORI, 2012).

Dentro da CEPAL ganhou importância o ILPES (Instituto Latinoamericano de Planificação Econômica e Social), órgão interno onde predominavam cientistas sociais provenientes de outras disciplinas que não a Economia e que trouxeram como contribuição uma visão multidisciplinar sobre as causas do subdesenvolvimento latino-americano (OSÓRIO, 1999).

Dentro do ILPES, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2010) escreveram seu importante trabalho “*Dependência e desenvolvimento na América Latina*”⁷ em que uma explicação que levava em consideração aspectos externos e internos das economias do continente trouxe à tona o conceito de dependência, “*um passo adiante na busca de explicações sobre as particularidades do capitalismo latino-americano*” (OSORIO, 1999, p. 164).

Esse trabalho significou uma ruptura epistemológica com o pensamento cepalino (desenvolvimentista) ao entender que o subdesenvolvimento não é apenas quantitativamente distinto do desenvolvimento, mas é também qualitativamente diferente e por isso não poderia ser superado apenas pela industrialização da América Latina. Seria preciso implantar na América Latina um sistema socioeconômico desenvolvido, que seria conseguido por meio de alterações na estrutura política e social de seus países, para que estes conseguissem assim atrair o capital internacional e finalmente superar o subdesenvolvimento.

Dependência e desenvolvimento de Cardoso e Faletto

Em 1967 foi publicada a obra “*Dependência e Desenvolvimento*”, um dos trabalhos mais influentes no que refere ao estudo do processo (ou processos) de desenvolvimento capitalista. A obra, escrita em conjunto por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, dentro da CEPAL, é ainda hoje considerada como um dos marcos e uma das principais contribuições para a teoria da dependência. Os autores fizeram uma análise da situação dos países latino-americanos que levou em consideração, além dos condicionantes econômicos, também os condicionantes políticos e sociais das regiões estudadas como fatores determinantes para a situação de subdesenvolvimento em que se encontravam.

A primeira questão a assinalar sobre essa obra é que trata o tema do desenvolvimento colocando em evidência as diferenças entre os países dependentes da América Latina e os países centrais, desenvolvidos. A condição de dependentes é um condicionante que assume papel relevante na obra de Cardoso e Faletto e, embora os autores tenham dado mais importância às questões políticas, estão postos nesta obra os “*fundamentos teóricos de uma*

⁷ Publicado originalmente em 1969.

efetiva teoria da dependência” (PAIVA, 2007). Definem os autores a situação de dependência dos países estudados pelos seguintes condicionantes:

Por certo, a existência de um “mercado aberto”, a impossibilidade da conquista dos mercados dos países mais desenvolvidos pelas economias dependentes e a incorporação contínua de novas unidades de capital externo sob a forma de tecnologia altamente desenvolvida e criada mais em função das necessidades intrínsecas das economias maduras do que das relativamente atrasadas fornecem o quadro estrutural básico das condições econômicas da dependência. (CARDOSO; FALLETTO, 2010, p. 183).

Estão dadas nessa obra as condições para que se olhe para a América Latina e o seu desenvolvimento capitalista de forma distinta, havendo uma ruptura (LIMONGI, 2012; DOS SANTOS, 1998) com o pensamento até então vigente uma vez que, partindo-se das mesmas premissas que estes autores, não se pode mais admitir a possibilidade de um desenvolvimento dos países do Sul nos mesmos moldes como se deu nos países já desenvolvidos do Norte, dado que as condições em que estes se desenvolveram no passado não podem se repetir devido à especificidade de situação estrutural em que aqueles se encontram dentro do capitalismo mundial.

Mas, como já afirmamos anteriormente, a questão central na obra de Cardoso e Faletto é a inclusão da situação política e social dos países estudados para a compreensão da problemática do desenvolvimento capitalista na América Latina. Para os autores a situação de dominação em que se encontra a região não pode ser considerada “*simples resultado do grau de diferenciação alcançado pelo sistema econômico*” (CARDOSO; FALETTO, 2010, p. 183), devem ser considerados também os interesses de poder e as alianças políticas efetuadas com o intuito de garantir que grupos e facções de classe, internos e externos, pudessem garantir sua hegemonia e utilizar as situações econômicas dadas num sentido em que se possibilitasse o desenvolvimento capitalista. A política é vista pelos autores como uma forma de dominação social em que uma classe se sobrepõe às outras para fazer valer seus interesses econômicos (PEREIRA, 2011) e assim promover o desenvolvimento.

Considerando a dimensão política como fator decisivo para o desenvolvimento dos países latino-americanos, Cardoso e Faletto buscaram as relações entre as distintas classes sociais que se deram nos países estudados em dois momentos e, por meio dessas relações, criaram um modo de classificar os países estudados. No primeiro momento, de “expansão para fora”, os autores dividiram os países entre colônias de povoamento e colônias de exploração, tendo sido as primeiras colônias destinadas à produção agrícola e as segundas destinadas à extração de minérios.

Para os autores as colônias de povoamento foram beneficiadas pois nelas foi possível que a população local desenvolvesse relações políticas, dando-lhes melhores condições para que se formasse uma burguesia local, enquanto nas colônias de exploração, onde não foi possível o surgimento dessa interação social no seio da população local, foi mais difícil a formação de um governo para buscar os interesses do Estado e desenvolvê-lo.

Em um segundo momento, de “expansão para dentro”, pós-crise (1929), os autores analisam os mesmos países, agora já com seus governos formados, e os classificam em dois tipos: economias com produção controlada por grupos nacionais (Brasil, Argentina, Uruguai e Colômbia) e economias de enclave (Venezuela, Bolívia, Chile, América Central, Peru e México), nas quais a produção é controlada por grupos estrangeiros.

Analisando esses dois períodos os autores buscam entender os motivos que levaram que em alguns países houvesse um desenvolvimento capitalista mais acentuado que em outros chegando à conclusão de que, uma vez que todos os países estavam vinculados de modo similar às economias centrais, as particularidades de seus processos sociais se baseiam em decisões políticas tomadas pelos grupos dominantes que levaram a um maior ou menor desenvolvimento econômico.

Devem-se buscar essas opções históricas feitas concretamente em função dos interesses dos grupos políticos dominantes para compreender a particularidade do processo social em face dos fatores econômicos que afetaram de forma homogênea todos os países da região, na medida em que todos estavam vinculados às economias centrais de modo similar: como seus dependentes. (CARDOSO; FALETTTO, 2010, p. 98).

Chegam então à conclusão de que, uma vez que decisões políticas definiram o desenvolvimento, em maior ou menor grau no passado para que no período posterior (à escrita do livro) fosse possível o desenvolvimento capitalista na região seria necessário que essas condições políticas se repetissem. As condições necessárias seriam, então: formação de um mercado supranacional, a estabilidade política e a acumulação e concentração de capitais.

Assim, sustentam os autores que as classes dominantes se organizaram para garantir que isso acontecesse por meio do apoio a governos autoritários

Tudo leva a crer que a passagem para o estabelecimento de um modo capitalista industrial de produção relativamente desenvolvido em países dependentes se assente em regimes políticos autoritários (sejam militares ou civis), cujo ciclo de duração dependerá tanto dos êxitos econômicos e do avanço que possam lograr na reconstrução social quanto do caráter, do

tipo de ação ou do êxito dos movimentos de oposição... (CARDOSO; FALETTTO, 2010, p. 177).

Propõem, então, que o desenvolvimento depende exclusivamente da vontade política para aproveitar a situação dada, ou seja, fazer o que é imediatamente possível para promover o desenvolvimento econômico, mesmo dentro de uma situação de dependência, por meio da dominação política das classes inferiores para que as classes superiores possam se aliar ao capital estrangeiro para desenvolver a região. Essas são as bases do desenvolvimento associado proposto por Cardoso e Falletto como solução para promover o desenvolvimento econômico da América Latina.

Portanto, a superação ou a manutenção das "barreiras estruturais" ao desenvolvimento e a dependência dependem, mais que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo de poder que permitirá a utilização em sentido variável dessas "condições econômicas". Nesse sentido, tratamos de sugerir que oposições – presentes ou virtuais – poderiam dinamizar as nações industrializadas e dependentes da América Latina e que possibilidades estruturais haveria para um ou outro tipo de movimento social e político.

Sabemos que o curso concreto da história, ainda que seja balizado por condições dadas, depende em grande parte da ousadia dos que se propõe a agir em função de fins historicamente viáveis. Não incorremos, portanto, na vã pretensão de tentar delimitar teoricamente o curso provável dos acontecimentos futuros. Este dependerá, mais do que das previsões teóricas, da ação coletiva motivada por vontades políticas que tornem factível o que estruturalmente é apenas possível (CARDOSO; FALETTTO, 2010, p. 183).

Assim, como defendem que fatores políticos influenciaram a forma como cada país reagiu à crise de 1929 e adentrou o capitalismo mundial, aproveitando mais ou menos as oportunidades para se desenvolver, Cardoso e Falletto defendem a tese de que os países da América Latina poderiam se aproveitar da situação econômica para atrair investimentos estrangeiros e se desenvolverem mesmo dentro de uma condição de dependência.

Apesar de ser uma obra inovadora que contém uma importante ruptura epistemológica com o pensamento vigente na época em que foi escrita, "*Dependência e desenvolvimento*" é também uma obra bastante criticada tanto por sua metodologia de pesquisa quanto pela solução que propõe para a questão da dependência.

A principal crítica que se faz em relação à sua metodologia de trabalho é a de que não dá a devida importância aos condicionantes econômicos que limitam o desenvolvimento dos países dependentes. Para Bambirra (2015), os autores consideram o âmbito econômico

apenas como um marco estrutural muito geral, o que não permite que os interesses objetivos dos grupos e classes estudados revelem o sentido das suas ações políticas com clareza.

Na medida em que a análise econômica não é feita *pari passu* à análise sociológica, a legalidade do âmbito econômico tende a aparecer como estática e não como um processo econômico que se desenvolve sob leis e contradições que engendram uma dinâmica específica, em função da qual e sobre a qual os homens atuam, refletindo e transformando posições específicas de classes. (BAMBIRRA, 2015, p. 49).

Quanto à questão da dependência, Cardoso e Faletto não chegam a propor ações que culminariam no fim da dependência para os países analisados, mas que promoveriam o desenvolvimento desses países dentro da situação de dependência. Isso só é possível porque o desenvolvimento proposto pelos autores se baseia na industrialização da América Latina forma dependente dos capitais privados, associados à burguesia nacional, internacional e ao Estado.

Os autores reconhecem que esta política irá fomentar um sistema social excludente, mas não consideram que isso seja incompatível com o desenvolvimento econômico. O conceito de desenvolvimento que apresentam não inclui uma economia independente, ou socialmente igualitária, busca somente a modernização da estrutura social e econômica dos países estudados de forma que se tornem cada vez mais atraentes ao capital internacional para, com a ajuda deste, formar uma economia industrial moderna na periferia do sistema e minimizar os efeitos da exploração, mesmo sem sair da condição de dependência.

Enfim, retomam os ideais da CEPAL e do desenvolvimentismo ao propor o desenvolvimento por meio da industrialização, com o diferencial de dar ao contexto político um papel central nesse processo e de aceitarem a ideia de que o desenvolvimento a ser alcançado pelos países latino-americanos só pode ser um desenvolvimento dependente e associado com os países centrais, ou seja, não existe a possibilidade de sair da condição de dependência e alcançar o mesmo tipo de desenvolvimento – autônomo – que alcançaram os países centrais.

2.3 TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA (TMD) VS. TEORIA DA DEPENDÊNCIA DO ILPES

Pensando a dependência por um viés marxista, os teóricos do CESO (Centro de Estudios Socio-Económicos) da Universidad del Chile⁸ entendem que o subdesenvolvimento é uma característica estrutural do sistema capitalista e não conjuntural, como a veem os cepalinos, e que, portanto, só pode ser superada fora do capitalismo.

Para superar sua condição de região subdesenvolvida, a América Latina precisaria, então, sair da lógica capitalista para se tornar autônoma e alcançar uma distribuição de renda mais equitativa. A única solução seria “*um governo revolucionário popular que abrisse caminho para o socialismo*” (DOS SANTOS, 2011, p. 17).

A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2011, p. 134-135).

A inspiração para seus trabalhos foi a obra inovadora de André Gunder Frank “*Desenvolvimento do subdesenvolvimento*”, que tratamos com mais detalhes a seguir.

André Gunder Frank e o desenvolvimento do subdesenvolvimento

André Gunder Frank foi um economista alemão nascido em Berlin, criado como refugiado nos Estados Unidos veio para a América Latina em meados dos anos 1960 como especialista em história econômica da América Latina para lecionar na Universidade de Brasília. Devido à ascensão dos militares ao poder no Brasil se mudou para o Chile e depois, juntamente com os outros pesquisadores do CESO, para o México, onde escreveu seu artigo “*Desarrollo del subdesarrollo*” (1967), obra fundamental para o surgimento da Teoria Marxista da Dependência. Nesta obra, uma reação contra o pensamento desenvolvimentista que predominava nos círculos oficiais, estão postos os fundamentos para que houvesse uma

⁸ Posteriormente exilados no México, continuaram seus trabalhos na UNAM (Universidad Nacional Autónoma del México).

mudança de paradigma no estudo do desenvolvimento e, principalmente, do subdesenvolvimento dos países latino-americanos.

Frank rejeita as categorias teóricas tradicionais da economia para a compreensão do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos e credita à falta de conhecimento do passado desses países o aceite de que seu presente se assemelhe às etapas primitivas da história dos países desenvolvidos. O autor rejeita as teses de que os países subdesenvolvidos devem seguir os mesmos passos que os desenvolvidos seguiram para se desenvolver e de que o subdesenvolvimento das regiões periféricas se deve à falta de envolvimento dessas com as regiões capitalistas avançadas.

Enquanto havia entre os estudiosos da área um consenso de que o problema da América Latina eram as suas instituições feudais e a falta de desenvolvimento capitalista, Frank chega a uma conclusão oposta, a de que o que gera o subdesenvolvimento é exatamente o contato com os grandes centros do capitalismo comercial europeu (BORÓN, 2008) e a introdução do capitalismo no seu território pelos colonizadores.

Para Frank, a América Latina foi capitalista desde os primórdios da colonização europeia, colonização esta que foi puramente mercantil ao promover na região um modelo de crescimento baseado na exportação de produtos primários sem dar atenção ao progresso tecnológico, sendo, então, o capitalismo e o imperialismo as causas básicas do subdesenvolvimento da região (BRESSER-PEREIRA, 2010).

(...) el subdesarrollo no es debido a la supervivência de instituciones arcaicas o a la existência de falta de capital en las regiones que se han mantenido aisladas del torrente de la historia del mundo. Por el contrario, el subdesarrollo há sido y es aún generado por el mismo proceso histórico que genera también el desarrollo económico: el desarrollo del próprio capitalismo. ...las metropolis tendem a desarrollarse y los satélites tendem a subdesarrollarse. (FRANK, 1967, p. 165).

Em “El desarrollo del subdesarrollo” Frank apresenta três hipóteses que vêm comprovar que o subdesenvolvimento latino-americano é causado pelo capitalismo e não pela falta dele, estas são:

1) Não aceita a tese de que o subdesenvolvimento se deve a instituições feudais ou a falta de inserção no capitalismo. Para Frank os países latino-americanos foram inseridos no capitalismo desde os primórdios da colonização e o autor rechaça a tese da sociedade dual

(com características ao mesmo tempo modernas e arcaicas), acusando as políticas que se derivam desse pensamento de intensificarem e perpetuarem as condições de subdesenvolvimento. Para Frank

... las instituciones y relaciones económicas, políticas, sociales y culturales que observamos actualmente ahí, son productos del desarrollo histórico del sistema capitalista tanto como lo son los aspectos más modernos o rasgos capitalistas, de las metrópolis nacionales de estos países subdesarrollados. (FRANK, 1967, p. 161)

2) Uma segunda hipótese do autor é que os países satélites apresentam maior desenvolvimento industrial capitalista clássico quando e onde os laços com a metrópole são débeis. Essa tese é o oposto da tese geralmente aceita, de que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos é consequência do maior grau de contato com e da maior difusão dos países desenvolvidos metropolitanos. O autor busca provar esta hipótese por meio da análise de regiões que passaram por dois tipos diferentes de isolamento: um isolamento temporal causado pelas crises de guerras ou depressões nas metrópoles estrangeiras; o outro é o isolamento geográfico e econômico de regiões que em um momento estiveram relativa e debilmente integradas e unidas ao sistema mercantilista e capitalista (FRANK, 1967).

3) A terceira hipótese é a de que as regiões que estão mais subdesenvolvidas hoje são as que tiveram laços mais estreitos no passado com a metrópole, eram os maiores exportadores de matérias primas e as principais fontes de capital para as metrópoles estrangeiras e que foram abandonadas por estas quando, por alguma razão ou outra, os negócios decaíram. Esta hipótese contradiz a tese geralmente sustentada de que a fonte do subdesenvolvimento regional é o seu isolamento e as suas instituições pré-capitalistas (FRANK, 1967).

A tese de Frank foi vista por muitos como muito radical (BORÓN, 2008) uma vez que para ele não há saída para o subdesenvolvimento dentro do sistema capitalista, uma vez que os países periféricos se encontram nessa situação exatamente devido ao capitalismo. Para Frank o imperialismo é um bloqueio insuperável e a única saída para desenvolver estes países é a revolução socialista.

Seus artigos “El desarrollo del subdesarrollo” e “Sociology of development and underdevelopment of sociology”⁹ representaram uma mudança de paradigma no estudo do

⁹ Artigo rejeitado 12 vezes antes de ser finalmente publicado em 1967 (FRANK, 1996) devido à sua crítica às teorias do desenvolvimento vigentes.

subdesenvolvimento das regiões periféricas e inspiraram movimentos políticos e sociais em vários países (KAY, 2011).

These essays were written to contribute to the Revolution in Latin America and the world, and they are collected here in the hope that they may help others to contribute more to the evolution than the author has been able to. The essays arise out of the author's attempt to assimilate the Latin American Revolution and the inspiration it finds in the Cuban Revolution, whose tenth glorious anniversary we celebrate while writing these lines. (Frank 1969: ix *apud* KAY, 2011, p. 526-527).

A obra de André Gunder Frank foi inspiração fundamental para que pudesse ser desenvolvida a teoria marxista da dependência, a qual inspirou a presente dissertação e dentro da qual estão postos os paradigmas que nos permitem entender a condição de dependência dos países latino-americanos como permanente. Enquanto estes forem parte do sistema capitalista global, o que podemos esperar é somente o “*desenvolvimento do subdesenvolvimento*”.

Dependência para a primeira geração da Teoria Marxista da Dependência(TMD)

A situação de dependência, como descrita pelos autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD) em seus primeiros trabalhos, configura a conjuntura econômica, social e política dos países dependentes que fica condicionada ao desenvolvimento e expansão de outros países (centrais). Para Theotônio dos Santos “...o conceito de dependência permite que vejamos a situação interna desses países como parte da economia global (DOS SANTOS, 2011, p. 5-6).

(...) dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2011, p. 134-135).

Theotônio dos Santos explicita em seu artigo “A estrutura da dependência”¹⁰ (2011) que o mercado mundial produz relações desiguais porque o desenvolvimento de algumas partes

¹⁰ Originalmente publicado em inglês: DOS SANTOS, T. Structure of Dependency. *The American Economic Review*, Vol. 60, No. 2, Papers and Proceedings of the Eighty-second Annual Meeting of the American Economic Association (May, 1970), pp. 231-236.

desse sistema (países dominantes) ocorre em detrimento de outras partes (países dependentes). Nesse sistema as relações de comércio baseiam-se em um controle monopólico do mercado pelos países dominantes que permite que estes extraiam dos países dependentes os excedentes por eles gerados. Isso acontece também por meio de relações financeiras que se baseiam em empréstimos e exportação de capital pelos países dominantes que lhes permitem receber juros e lucros dos países dependentes e exercer controle sobre sua economia.

Dos Santos analisa também a contrapartida, ou seja, como os países dependentes podem permitir relações tão desvantajosas. Isso é possível porque os países dependentes conseguem produzir grandes excedentes superexplorando a força de trabalho local. Este é o fator fundamental do capitalismo dependente para Ruy Mauro Marini (1974).

Marini inicia seu importante trabalho, “Dialética da Dependência”, originalmente publicado em 1973, com a integração dos países da América Latina no mercado mundial após a colonização, como países finalmente politicamente independentes de sua metrópole e que então passaram a gravitar em torno da Inglaterra, sem que houvesse entre eles qualquer interação, como exportadores de bens primários e importadores de produtos manufaturados.

O envio de bens primários da América Latina para os países centrais permitiu aos últimos especializarem-se na produção industrial, mas essa não foi a única vantagem que os países desenvolvidos obtiveram com essa troca. Com a importação de produtos primários, necessários à reprodução da força de trabalho, a preços mais baixos os países centrais conseguiram diminuir o valor necessário para a manutenção e reprodução da força de trabalho, fazendo assim com que parte dos salários dos trabalhadores estivesse disponível para a aquisição de produtos manufaturados, aumentando assim o seu mercado consumidor interno. Vamos tratar essa questão de forma mais precisa a seguir.

Em primeiro lugar, é crucial esclarecer o mecanismo pelo qual a oferta de produtos primários no mercado mundial vem acompanhada pela queda nos preços desses produtos, enquanto os preços dos produtos manufaturados permanecem estáveis. Uma vez que é fato conhecido que não houve um aumento da produtividade desses produtos nas economias exportadoras, sabe-se que a desvalorização desses produtos não pode vir dali. Verifica-se uma transferência de valor das economias dependentes para as economias desenvolvidas, que acontece por meio da deterioração dos termos de troca em benefício das últimas.

Como já havia apontado Raúl Prebisch (2000) os efeitos dessa troca desigual consistem em impelir os capitalistas latino-americanos a reforçar métodos para extrair o trabalho excedente. Para compensar esse valor cedido gratuitamente, os capitalistas latino-americanos recorrem ao incremento do valor trocado que acontece por meio do aumento da massa de valor produzida que pode ser conseguido de três formas: pela intensificação do trabalho, pela prolongação da jornada de trabalho ou pela diminuição dos salários abaixo do necessário para que o trabalhador consiga repor sua força de trabalho. Isso consiste na superexploração da força de trabalho e, de acordo com Marini (2011), é a essência do capitalismo dependente.

Trata-se de um modo de circulação próprio aos países dependentes, onde a produção não depende da capacidade interna de consumo para existir e gerar lucros. Aparece, então, nos países dependentes, de uma maneira específica deles a contradição inerente ao capitalismo, a oposição entre capital e os trabalhadores, que são vendedores e compradores de mercadorias.

(...) os operários como compradores de mercadorias são importantes para o mercado. Mas, como vendedores de sua mercadoria — a força de trabalho — a sociedade capitalista tende a reduzi-los ao mínimo do preço.(MARX apud MARINI, 2011, s.p., nota nº 30).

Enquanto para os países centrais a participação da América Latina na economia mundial como exportadora de bens primários diminui os efeitos da contradição interna do capitalismo na América Latina os efeitos da mesma como economia exportadora agem no sentido de acentuar essa contradição.

O aumento dos lucros do capitalista leva ao aumento da demanda de produtos manufaturados supérfluos que só pode ser satisfeita por meio de importações. Esse consumo individual fundado no lucro é diferente do consumo individual fundado nos salários, que demanda bens produzidos localmente, da indústria tradicional. Ocorre então, uma cisão do mercado interno em dois, um que demanda bens manufaturados importados de alta complexidade e que possui renda cada vez maior e outro que demanda bens de consumo popular que possui renda cada vez menor.

A acentuação das relações de comércio com os países centrais na América Latina impediu a criação de um mercado consumidor fundado nos salários ao estimular a superexploração da força de trabalho. Sem demanda interna o mercado mundial se estabelece como única saída

para a produção local e esta é então a condição de dependência em que se encontram os países da América Latina, têm uma economia voltada para fora e, para desenvolver sua produção dependem de investimentos externos cada vez mais abundantes que acentuam ainda mais sua condição de dependentes.

3 TRANSFERÊNCIA DE VALOR COMO UMA INTERPRETAÇÃO DA TEORIA MARXISTA DO VALOR

A Teoria Marxista do Valor tem por objetivo entender a produção da riqueza capitalista, o que Marx (2013) define logo no primeiro parágrafo de “O capital” como o conjunto de mercadorias disponível na sociedade. “*A riqueza da sociedade onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’*” (MARX, 2013, p. 113).

Essa coleção de mercadorias é produzida pela transformação do dinheiro acumulado pelo capitalista em meios de produção (capital fixo – c) e força de trabalho (capital variável – v) direcionados para a produção de mercadorias cujo valor final é maior do que o valor investido ($c + v$).

A transformação de uma quantia de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento realizado pela quantidade de valor que deve funcionar como capital. Ela age no mercado, na esfera de circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, é concluída assim que os meios de produção estão convertidos em mercadorias cujo valor supera o valor de suas partes constitutivas e, portanto, contém o capital originalmente adiantado acrescido de um mais-valor (MARX, 2013, p. 639).

O capital não é, então, simples quantia acumulada “ (...) *não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas*” (MARX, 2013, p. 836). Ele só pode ser chamado de capital quando é investido na produção de mercadorias com a finalidade exclusiva de gerar lucros por meio da exploração da força de trabalho dentro de uma sociedade capitalista.

O dinheiro acumulado, transformado em capital no processo produtivo, é então investido na fabricação de mercadorias com destino à troca. Essa troca só é possível por meio da comparação entre os valores das mercadorias produzidas que chamamos de valor de troca. O valor de troca nada mais é do que o poder de compra de uma determinada mercadoria com relação às outras e está relacionado à quantidade de riqueza que a sociedade capitalista reconhece que foi despendida para que ela pudesse ser concluída.

O valor é uma propriedade da mercadoria, adquirida socialmente na sua fabricação que, para Carcanholo (2005), se traduz no poder de atração que a mercadoria produzida exerce sobre as outras mercadorias e que permite que ela seja trocada.

Assim, poderíamos concluir de tudo isso dizendo que a magnitude do valor de uma mercadoria determina a grandeza da riqueza social que ela representa e mede a riqueza produzida socialmente no instante de sua produção. (CARCANHOLO, 2005, s.p.).

O valor é impresso na mercadoria por meio do trabalho humano e também pelos meios de produção despendidos no processo de fabricação. Entretanto, o valor recebido pelos meios de produção não foi criado neste ciclo do capital, é um valor que já havia sido a eles adicionado na fabricação e que eles transferem para a mercadoria durante o processo de produção na medida em que se desgastam. A mais-valia (que posteriormente conformará o lucro do investidor) é o valor que foi realmente produzido neste processo e procede do capital variável (força de trabalho), único produtor de valor.

Assim, podemos dizer que tanto o capital constante quanto o capital variável transferem valor para a mercadoria, mas somente o capital variável pode produzir valor neste processo. Temos então que o valor da mercadoria pode ser dividido em três partes: a) o valor do capital constante (meios de produção); b) capital variável (mão-de-obra) e a c) mais-valia (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS, 1961). Dos três, o único valor realmente criado no processo de produção é a mais-valia, que é gerada pelo dispêndio de trabalho humano durante o processo de produção,

O valor transferido para a mercadoria pelo capital variável, que não foi produzido no processo de elaboração da mercadoria, consiste no valor da mão-de-obra, ou seja, os salários pagos aos trabalhadores que atuaram para a sua produção. Esse valor da força de trabalho é determinado pelos meios necessários à subsistência do trabalhador na sociedade em que vive e, embora possa variar de acordo com o local e a época em que se encontra o trabalhador, é determinada pela sociedade em conjunto e, por isso, Marx (2013) o trata como um valor constante dentro de uma determinada sociedade.

O valor dos meios de subsistência necessários para a manutenção e reprodução da mão-de-obra consistem assim em um valor social que leva em consideração tudo o que é necessário para a manutenção do trabalhador e sua família na época e sociedade em que vivem. Como trata de um valor dado socialmente, e não biologicamente, pode incluir em uma determinada sociedade itens que em outra seriam considerados supérfluos. O valor necessário ao trabalhador de uma determinada sociedade para o sustento de sua família depende do modo de vida da sociedade como um todo e só é alterado na medida em que o valor desses itens básicos para sua manutenção e reprodução se altere.

Já o valor transferido para a mercadoria por meio do capital constante consiste no valor consumido dos meios de produção (máquinas, matérias-primas e instalações) que não se perdem, mas são conservados e transferidos ao produto fabricado (MARX, 1982, p. 605).

O valor efetivamente criado, e que é apropriado pelo capitalista, é então medido pela quantidade de trabalho humano despendido na produção da mercadoria e, para que possa ser calculado, deve ter como medida o trabalho humano abstrato (ou trabalho socialmente necessário) categoria cujas especificidades tratamos a seguir.

Trabalho abstrato ou socialmente necessário

Mas o que é o valor de uma mercadoria? A forma objetiva do trabalho social gasto em sua produção. E como medimos a grandeza do seu valor? Pela grandeza do trabalho nela contido (MARX, 2013, p. 605).

Marx (2013) afirma que todas as mercadorias têm uma substância comum, que é o que lhe dá valor e permite que sejam intercambiadas, que é o trabalho. Entretanto, este trabalho que transfere à mercadoria valor não pode ser medido pelo trabalho individual, mesmo por que cada empresa capitalista atua com diferente produtividade e tempos iguais de trabalho individual podem produzir diferentes quantidades de mercadoria. O trabalho que dá à mercadoria o seu valor é o trabalho abstrato, isto é, o “*trabalho socialmente igualado na forma específica que possui numa economia mercantil.*” (RUBIN, 1987, p. 112).

A quantidade de trabalho que determina a magnitude do valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho socialmente necessário (ou trabalho abstrato) necessário para a sua produção. Essa medida “*representa a grandeza do esforço social despendido*” (CARCANHOLO, 2005, s.p.) na produção da mercadoria. Para Marx, o

Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho. (MARX, 2013, p. 117).

O trabalho socialmente necessário (ou abstrato) utilizado na produção de uma mercadoria é a substância do valor. Trata-se de uma medida quantitativa do tempo de trabalho necessário para a produção de um determinado bem sob condições normais de uma determinada sociedade, onde vigoram um grau médio de habilidade dos trabalhadores, intensidade do trabalho e desenvolvimento tecnológico (MARX, 2013).

O trabalho abstrato é uma medida social que não pode ser confundida com o trabalho individual, pois são conceitos de grandezas diferentes. Enquanto o trabalho individual varia de empresa para empresa, de acordo com sua produtividade, intensidade e qualificação, o trabalho abstrato é dado pelo conjunto da sociedade.

O trabalho do produtor de mercadorias mostra seu caráter social, não como trabalho concreto dispendido no processo de produção, mas apenas como trabalho que tem de ser igualado a todas as outras formas de trabalho através do processo de troca. (RUBIN, 1987, p. 144).

O trabalho de um produtor, entretanto, só se torna social a partir do momento em que é igualado ao trabalho de todos os outros produtores no momento da troca, quando a mercadoria que produziu é igualada às outras mercadorias. É somente a partir desse processo de igualação do trabalho que se pode falar de trabalho social, ou trabalho abstrato, um conceito que é social e histórico (RUBIN, 1987).

Cada empresa tem seu tempo de trabalho único para a produção de uma mercadoria, dado que os seus trabalhadores atuam com intensidade e produtividade diferentes das encontradas em outras empresas do mesmo ramo. Entretanto, se os produtos de suas diferentes quantidades de trabalho forem idênticos só podem ter a mesma quantidade de valor.

A questão a ser discutida aqui é que o tempo de trabalho que serve para o cálculo da quantidade de valor é o tempo de trabalho socialmente necessário (abstrato), e não o tempo de trabalho individual da empresa em questão. Quando Marx trata do duplo caráter do trabalho, ainda no Capítulo 1, ele trata também da possibilidade de que um aumento da massa de riqueza material ou produção de um maior número de mercadorias, no mesmo tempo pode *“corresponder a uma queda simultânea de sua grandeza de valor”* (MARX, 2013, p. 123).

O trabalho útil se torna, desse modo, uma forma mais rica ou mais pobre de produtos em proporção direta com o aumento ou a queda de sua força produtiva. Ao contrário, por si mesma, uma mudança da força produtiva não afeta em nada o trabalho representado no valor. (...) Assim, o mesmo trabalho produz, nos mesmos períodos de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, independente da variação da força produtiva (MARX, 2013, p. 123).

Torna-se, então, possível que uma empresa mais produtiva produza mais valor de uso e, ao mesmo tempo, menos valor, uma vez que

A mesma variação da força produtiva, que aumenta a fertilidade do trabalho e, com isso, a massa dos valores de uso por eles produzida diminui a grandeza de valor dessa massa total aumentada ao reduzir a quantidade de tempo de trabalho necessário à sua produção (MARX, 2013, p. 123).

O aumento da produtividade diminui a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, mas isso acontece na medida em que a tecnologia responsável pelo aumento da produtividade se espalha por todo o setor em questão, uma vez que o trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias não é determinado somente pela empresa mais produtiva, mas pelo conjunto de todas as empresas do ramo.

João Machado Borges Neto apresenta um exemplo visual, onde compara o mercado com uma esteira onde os produtores competem para manter seus empreendimentos lucrativos.

Podemos representar a busca de mais-valia extra a partir de progresso técnico pelas empresas como uma corrida dos representantes dessas empresas sobre uma esteira rolante que rola em sentido contrário, e com uma velocidade cujo módulo é dado pela “média social” da velocidade da introdução de progresso técnico. Se os corredores forem mais rápidos, a esteira também rolará mais depressa no sentido contrário, e eles não terão portanto qualquer vantagem. Como a esteira não pode ser parada, não haverá nunca um ganhador final, e nenhum competidor poderá parar, sob pena de ficar irremediavelmente para trás. (BORGES NETO, 2004, p. 149-150).

Essa busca por mais-valia extraordinária faz com que as empresas do mesmo ramo estejam sempre concorrendo para ficar em posição de vantagem em relação às outras empresas e com isso obter mais-valia extra.

Produção vs. apropriação de valor

À medida que vão sendo introduzidas nas empresas inovações tecnológicas sua produtividade aumenta e o tempo de trabalho individual necessário para a produção das mercadorias diminui, mas somente quando essa inovação se espalha por todo um setor o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria é reduzido. Enquanto isso não acontece, a empresa mais produtiva consegue colocar seus produtos no mercado com maiores vantagens porque, independentemente da forma como foram fabricadas, mercadorias iguais só podem possuir a mesma quantidade de valor.

A mercadoria individual vale aqui somente como exemplar médio de sua espécie. Por esta razão, mercadorias em que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a mesma grandeza de valor. (MARX, 2013, p. 117).

Por isso entendemos que não é possível dizer que uma empresa com maior produtividade gere mais valor, mas sim que ela se apropria de uma maior quantidade de valor. Isso acontece porque, dentro do capitalismo, as empresas não se apropriam exatamente da mais-valia que produzem, produção e apropriação são duas coisas distintas que não seguem necessariamente a mesma lógica. Essa diferença entre produção e apropriação é exatamente o que possibilita as transferências de valor entre uma empresa e outra (em um mesmo setor) ou entre um ramo e outro da economia.

Ao tratar da questão da distribuição em Marx, Reinaldo Carcanholo (1981) lembra que, para Marx o âmbito da distribuição se divide em três aspectos que são a) distribuição dos meios de produção entre os distintos ramos de produção, b) distribuição dos membros da sociedade entre os ramos de produção e c) distribuição das mercadorias produzidas entre os membros da sociedade; e que, destes três aspectos, *a* e *b* fazem parte da distribuição que ocorre na produção, mas que *c* se dá de forma distinta, uma vez que é focada do ponto de vista dos possuidores das mercadorias e não da sociedade como um todo. É esse aspecto da distribuição que é denominado apropriação e o que queremos analisar aqui.

Para o autor a distinção entre produção e apropriação é um produto das relações particulares de produção na sociedade capitalista, um fator histórico e não natural que não é imediatamente observável na realidade e se torna uma armadilha para a economia burguesa que não consegue compreendê-la por não poder distinguir corretamente os fatores que promovem a produção dos que promovem a apropriação.

La revelación esencial consiste en que los três “factores” de la producción (el capital, la tierra y el trabajo) son realmente fuentes de apropiación de riqueza por parte de sus agentes. Lo falso, lo engañoso es considerarlos a la vez como fuentes productoras de esa riqueza (CARCANHOLO, 1981, p. 21).

Marx, nos dois primeiros livros de “O Capital”, não leva em consideração a diferença entre produção e apropriação de mais-valia (exceto na Capítulo 10, do Livro I, onde ele faz uma pequena explanação sobre a mais-valia extra para explicar a mais-valia relativa). Somente no Livro III ele trata dessa diferença ao falar da transformação de valor em preço de produção.

As mercadorias não são vendidas com base no seu valor porque, ao mesmo tempo em que os capitais produzem mais-valia de forma proporcional ao capital variável investido (uma

vez que só o trabalho humano abstrato produz valor), exigem participar da divisão de toda a mais-valia produzida em proporção ao seu capital total (CARCANHOLO, 2012).

Para que isso aconteça o preço das mercadorias precisa girar em torno do seu preço de produção, e não do seu valor, sendo o preço de produção o valor da mercadoria transformado que expressa o volume de capital apropriado pelo investidor ao vender sua mercadoria pelo valor do capital investido acrescido do lucro médio.

Este lucro médio, contudo, é imposto às empresas por meio da concorrência, já que os diferentes capitais possuem mobilidade e podem passar de um setor menos lucrativo para outro mais lucrativo impondo assim uma taxa média de lucro que torna inviável a continuação de empresas que não alcancem esse retorno aos seus investidores.

O capital, porém, deixa o ramo com baixa taxa de lucro e se lança no que tem taxa de lucro mais alta. Com essa migração ininterrupta, em suma, repartindo-se entre os diferentes ramos conforme sobe ou desce a taxa de lucro, o capital determina uma relação entre a oferta e a procura, de tal natureza que o lucro médio se torna o mesmo nos diferentes ramos (...) (Marx apud CARCANHOLO, 2012, p. 44).

O preço de produção é então um valor transformado que indica a parte apropriável pelo produtor na venda de suas mercadorias em uma situação hipotética onde há uma uniformidade das taxas de lucro nos diversos ramos da economia. Enquanto

(...) a magnitude do valor expressa o volume de riqueza capitalista produzida por um determinado capital, a magnitude do preço de produção expressa o volume apropriável naquelas condições (CARCANHOLO, 2012, p. 66).

Uma vez superada a suposição de que cada capital se apropria da mais-valia que produz Marx pode então, no Livro III, tratar da distribuição dos frutos da exploração capitalista dentro da sociedade.

Assim, essa distinção entre produção e apropriação que é quantitativa, para Carcanholo (1981) nos permite pensar também a não identidade quantitativa que existe entre elas, ou seja, a transferência de valor.

Transferência de valor intrasetorial

...o *valor individual* de uma mercadoria é definido como o tempo de trabalho necessário ao produtor individual para produzi-la; o *valor social*,

como o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção... (BORGES NETO, 2011, p. 89).

As mercadorias não são “vendidas” pelo seu valor individual, mas pelo seu valor social, que Marx chama de valor de mercado (no Livro III de “O capital”). O autor propõe que todas as empresas de um mesmo ramo podem ser colocadas em uma série de acordo com o seu desenvolvimento técnico, das mais produtivas às mais atrasadas. As mercadorias produzidas nessas empresas, independente da forma como foram produzidas, serão vendidas no mercado pelo mesmo preço que é determinado, em teoria, pela média ou valor de mercado¹¹ (RUBIN, 1987).

Marx divide todas as empresas de um mesmo ramo em três tipos: com alta, média e baixa produtividade. De acordo com o exposto, o autor afirma que as empresas com alta produtividade, ou seja, empresas cujo valor individual das mercadorias é inferior ao valor social (de mercado), realizam um lucro extraordinário; e as empresas com baixa produtividade, ou que o valor individual de suas mercadorias é maior do que o valor de mercado, não conseguem realizar parte da mais-valia que produziram.

(...) o valor de mercado regulado pelos valores médios, de toda a massa é igual à soma de seus valores individuais; embora para as mercadorias produzidas nos extremos; esse valor se apresenta como valor médio que lhes é imposto. Neste caso os que produzem no extremo pior têm que vender suas mercadorias abaixo do valor individual; os que produzem no extremo melhor vendem-nas acima desse valor. (MARX, 1986, p. 142).

Assim as empresas que são mais produtivas se apropriam de parte da mais-valia não realizada nas empresas menos produtivas porque o valor individual de seus produtos é menor do que o valor social da mercadoria em questão.

“O capitalista que utiliza menos trabalho que a média em sua produção pode trocá-la por uma quantidade de valor (social) superior ao valor (individual) que lhe custou produzi-la” (LEITE, 2015, p. 8).

E assim se apropria de mais valor do que produziu, o que Marx chama de transferência de valor intrasetorial, uma vez que acontece entre empresas que pertencem ao mesmo setor e vendem a mesma categoria de mercadorias.

¹¹ Não entraremos em detalhes quanto a formação do preço de mercado e como este é influenciado pela oferta e demanda e outros fatores externos ao ramo de produção da mercadoria. Para este trabalho limitar-nos-emos a discutir os mecanismos que permitem a transferência de valor dentro de um mesmo ramo do mercado.

Transferência de valor inter-setorial

N'O Capital Marx trata também da transferência de valor que ocorre entre empresas de ramos distintos, que possuem diferentes composições orgânicas de capital, devido à tendência à equalização das taxas de lucro.

Essa equalização das taxas de lucro entre diferentes esferas da produção acontece por causa da mobilidade do capital que permite que os investidores de uma esfera com taxa de lucro inferior transfiram seu capital e apliquem-no em outras esferas com taxas de lucro superiores, na busca por melhores condições de investimento.

Mediante essa contínua emigração e imigração, numa palavra, mediante sua distribuição entre as diversas esferas, conforme suba ou desça a taxa de lucro, ele ocasiona tal relação entre oferta e procura, que o lucro médio nas diversas esferas da produção se torna o mesmo... (MARX, 1986, p. 150).

Apesar de receberem taxas de lucro equalizadas para seus investimentos, os capitais aplicados em setores distintos com diferentes composições orgânicas de capital não produzem quantidades idênticas de valor. Isso porque o único produtor de valor, como já estabelecemos, é o trabalho humano.

A composição orgânica do capital (COC) é um conceito que indica a proporção entre a quantidade de capital constante (c) e a quantidade de capital variável (v) aplicada em uma determinada empresa ou ramo de produção.

$$COC = \frac{c}{v}$$

Como o capital variável – capital aplicado na contratação de mão-de-obra – é o único capaz de produzir valor¹² quanto maior a sua proporção em um determinado ramo, ou seja, quanto menor a COC, maior a capacidade de produzir valor. No caso contrário, empresas com maior composição orgânica do capital utilizam menor quantidade de trabalho humano e produzem, com a mesma quantidade de capital, menos valor.

As empresas de setores tecnologicamente mais débeis, de menor produtividade, ao mobilizarem maior quantidade de capital variável (trabalho humano) produzem mais valor,

¹² Como já demonstramos anteriormente neste mesmo capítulo o capital constante não cria novos valores, apenas transfere valor que já possui às mercadorias na medida em que se desgasta.

mas ao entrarem no mercado obterão o lucro médio, assim como as empresas mais produtivas.

Isso implica que, valores produzidos por empresas de setores tecnologicamente mais atrasados serão transferidos para empresas de setores tecnicamente mais avançados. Como as novas tecnologias são produzidas principalmente nos países centrais, mais desenvolvidos, as empresas pertencentes a setores menos produtivos dos países dependentes não realizam parte do valor que produzem e este é então transferido para as empresas mais produtivas. Assim valores produzidos na periferia são transferidos para o centro devido às diferenças de produtividade entre os setores produtivos mais avançados e os mais atrasados.

Atualmente podemos dizer que a produção de mercadorias de alta tecnologia está descentralizada, sendo que países dependentes, ou subdesenvolvidos, da periferia do sistema capitalista também produzem mercadorias de alta complexidade e alta COC. Entretanto, estes o fazem com capital estrangeiro que adentra as fronteiras nacionais com facilidade e uma vez dentro do território nacional dos países dependentes se aliam ao capital nacional, por meio da obtenção de créditos com empréstimos ou parcerias com capitalistas privados nacionais, e podem então produzir mercadorias com alta tecnologia.

Observamos, porém, que há uma descentralização da produção de bens¹³, mas não há uma descentralização do fluxo de capitais, que permanece na direção da periferia para o centro uma vez que a produção dessas mercadorias com COC elevada acontece sob controle de estrangeiros e o lucro obtido é remetido aos seus países de origem.

A tese do trabalho potenciado

Como já afirmamos, a transferência de valor é um dos pressupostos da teoria marxista da dependência, base para este trabalho, e uma questão chave para compreender a dependência como uma situação estrutural da economia moderna que não pode ser superada dentro do capitalismo. Como afirma André Gunder Frank (1967) o único desenvolvimento possível para os países dependentes é o “*desenvolvimento do subdesenvolvimento*”.

¹³ O que vamos analisar com mais detalhes no Cap. 5 deste trabalho quando tratamos de transferência de valor por meio de capitalistas privados (tipo *c*) ao tratar do Investimento Direto Estrangeiro (IED) e suas consequências para os países dependentes no que se refere às transferências de valor.

Entretanto, a aceitação da tese da transferência de valor em Marx, que tratamos anteriormente, não é uma posição unânime entre os estudiosos da questão. Existe também uma corrente de pensamento marxista que defende a tese do trabalho potenciado, afirmando que não existe transferência de valor, mas sim a produção de mais ou menos valor por uma determinada empresa de acordo com o seu nível de produtividade.

A tese do trabalho potenciado foi bastante difundida no Brasil a partir da década de 1970, sendo um de seus principais apoiadores o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) que publicou em seu periódico Cadernos CEBRAP diversos trabalhos de autores que defendiam a tese do trabalho potenciado e criticavam a vertente da transferência de valor¹⁴.

Diniz Filho (1999), ao fazer uma crítica à noção de transferência geográfica de valor, como apresentada por Edward Soja, mobiliza esses autores e faz uma síntese de seus argumentos. Para o autor a essência dos argumentos dados por esses autores na crítica à teoria da transferência de valor consiste em

...apontar a impossibilidade de operação da teoria do valor no âmbito das relações econômicas internacionais, em virtude das inúmeras mediações que, interferindo na dinâmica dessas relações, impedem o funcionamento de mecanismos que possam engendrar uma tendência à equalização das condições de rentabilidade do capital produtivo e dos níveis de produtividade do trabalho nesse âmbito (DINIZ FILHO, 1999, p. 170)

Esse é exatamente o argumento de Fernando Henrique Cardoso e José Serra (1999)¹⁵ em texto onde os autores questionam os pressupostos que levaram Ruy Mauro Marini a escrever “*Dialética da Dependência*”. Os autores apresentam como uma das falhas do texto de Marini exatamente o pressuposto da transferência de valor, que para eles não existe por que

Não havendo mobilidade da força de trabalho fica difícil estabelecer-se em escala internacional, o conceito de tempo de trabalho socialmente necessário, o qual, por sua vez, é crucial como requisito para a operação da lei do valor (CARDOSO; SERRA, 1978).

Nós concordamos com Marini (1994) em sua resposta, onde o autor afirma que circulação (ou não circulação) da mão de obra não tem a ver com a vigência da lei do valor porque não

¹⁴ Entre os autores que publicaram textos defendendo a Tese do trabalho Potenciado no Cadernos CEBRAP estão: Cardoso e Serra (1979); Giannotti (1990); Schoeller (1975). Coutrot (1991); Galvan (s.d.).

¹⁵ À época o texto contou com grande aceitação pela comunidade acadêmica no Brasil, principalmente porque Fernando Henrique Cardosos, que era membro do CEBRAP, impediu o diálogo ao não publicar o artigo de Marini, e sua tréplica, no Brasil.

influi em nada no conceito de tempo de trabalho socialmente necessário, independente da escala – se nacional ou internacional.

Seguramente mis “críticos” quieren decir que afecta su determinacion, su medición. Pero tampoco es así: a nivel nacional o internacional, el tiempo de trabajo socialmente necesario no se determina por la circulación de la fuerza de trabajo, sino que es exclusivamente función del desarrollo de las fuerzas productivas, del grado de destreza, productividad e intensidad media de la fuerza de trabajo en la producción. Lo único que cabe a la circulación es comparar los tiempos de trabajo socialmente necesario para la producción de las mercancías, es decir, comparar los valores de éstas; sobre esta base, se determina el precio comercial de cada una, es decir, se establece entre ellas una relación de precios, que, por mucho que varíe por acción de la oferta y/o la demanda, gira em torno a la comparación de los valores (MARINI, 1994, p. 366).

(...)

Em qualquer hipótesis, la comparación de valores se expresa em uma relación de precios, que, más o menos influidos por la circulación, siguen referidos al valor (MARINI, 1994, p. 367).

Schoeller, outro defensor da tese do trabalho potenciado, em artigo publicado no Cadernos CEBRAP de 1975, apresenta outro argumento. O autor defende a ideia de que não existe transferência de valor quando uma empresa se apropria de mais valor que outras, mas que a mais-valia extra é obtida porque o trabalho despendido em condições de produção melhores produz mais valor. Para defender sua posição o autor se baseia em trechos retirados d'O Capital onde Marx afirma que “*O trabalho empregado sob essas condições atua como trabalho potenciado*” (MARX apud SCHOELLER, 1975, p. 10)

Para Schoeller o trabalho empregado em condições de produção inferiores não produz valor na mesma proporção que o trabalho empregado em condições de produção superiores e cada empresa se apropria exatamente do que produziu. “*O trabalho despendido sob condições de produção inferiores às condições de produção em massa existentes nos ramos em questão será, portanto perdido e não será formador de valor*” (SCHOELLER, 1975, p. 11). Outro trecho utilizado pelo autor para embasar sua posição é o seguinte:

Em qualquer país vigora uma certa intensidade média do trabalho, e o trabalho que se realize abaixo desta intensidade consome mais tempo do que é socialmente necessário para produzir uma mercadoria, não podendo por isso ser considerado como trabalho de qualidade normal (MARX apud SCHOELLER, 1975, p. 14).

Schoeller descarta a possibilidade de transferência de valor dentro de um mesmo ramo de produção, mas aceita a tese da transferência de valor quando se trata de diferentes ramos,

afirmando que este “(...) *se dá no processo de equalização das taxas de lucro e de formação dos preços de produção*” (SCHOELLER, 1975, p. 11)

Carcanholo (1981) rebate esta ideia de que Marx entendia que o trabalho realizado em condições de maior produtividade produz mais valor lembrando que o autor foi bastante cauteloso no trecho em questão (que é um trecho comumente citado por defensores da tese do trabalho potenciado) ao dizer que o trabalho realizado em condições de mais produtividade atua como trabalho potenciado, ou seja, não o é, apenas aparenta ser.

Quanto ao trecho onde Marx fala do trabalho de menor intensidade, precisamos falar da diferença entre intensidade e produtividade para esclarecer a questão. Embora o aumento da produtividade possa vir (e normalmente vem) acompanhado de um aumento de intensidade do trabalho (CARCANHOLO, 2012), os dois conceitos tratam de coisas distintas. Enquanto a intensidade aumenta ou diminui de acordo com a velocidade com que o trabalhador executa o seu trabalho, a produtividade depende de inovações tecnológicas nos meios de produção ou do desenvolvimento de novas técnicas de interação dos trabalhadores entre si ou com os meios de produção já existentes.

Enquanto o aumento da intensidade significa concentrar maior quantidade de trabalho dentro de um mesmo espaço de tempo e, portanto, produzir a mercadoria em menos tempo, mas com a mesma quantidade de trabalho, o incremento da produtividade significa fazer com que a produção da mercadoria se torne mais fácil e seja resultado de menor quantidade de trabalho (CARCANHOLO, 2012, p. 107)

O valor produzido é calculado a partir da quantidade de trabalho empregado em sua produção, como já tratamos no início deste capítulo, o trabalho que serve como base para o cálculo do valor produzido é o trabalho abstrato, ou trabalho socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria em uma determinada sociedade ou ramo de produção.

Quando uma empresa força seus trabalhadores a trabalhar de forma mais intensa faz com que aumentem a quantidade de trabalho empregado, e por isso produzam mais valor na mesma quantidade de tempo de trabalho. Trata-se, então, de uma maior exploração da força de trabalho e não de melhorias nos meios de produção, o que seria necessário para que se possa aumentar a produtividade.

Já em uma empresa que implemente novas formas de produção que tenham como consequência a diminuição do tempo de trabalho (abstrato) gasto na produção de uma mercadoria aumenta a sua produtividade e consegue produzir mais valor de uso em um

mesmo tempo, mas não produz mais valor, uma vez que somente o trabalho humano (abstrato) pode produzir valor e a quantidade deste despendida na produção ainda é a mesma.

Outro adepto da teoria do trabalho potenciado no Brasil é João Machado Borges Neto (2011), para quem as condições técnicas superiores geram valores individuais superiores em razão de uma potenciação da capacidade do trabalho de criar valores devido à sua maior complexificação. O autor considera que a origem da mais-valia extra está na potenciação da capacidade do trabalho de criar valor por meio do maior desenvolvimento tecnológico nas empresas mais produtivas e não na transferência de valor.

Para ele nas empresas com produtividade inferior à socialmente dominante o trabalho realizado “*conta como trabalho inferior ao ‘trabalho simples’*” (BORGES NETO, 2011, p. 91), assim como o trabalho realizado em empresas mais produtivas conta como trabalho potenciado e atua produzindo mais valor.

Assim, para ele não é possível que haja transferência de valor no âmbito da produção e quem perde devido à diferença entre valores individuais e valores sociais porque é obrigado a vender seus produtos por um valor social abaixo de seu valor individual, o faz porque produziu socialmente menos valor em um mesmo período de tempo.

O autor defende a tese do trabalho potenciado por que, para ele, não é possível que haja transferências de valor na esfera da produção.

As perdas e ganhos a partir das desigualdades internacionais são bem reais e se originam do desenvolvimento do comércio internacional. Isso justifica falar em intercâmbio desigual. Entretanto, não há propriamente intercâmbio desigual, no sentido de que os ganhos e perdas não ocorrem no momento da troca; ocorrem, como vimos, no momento da produção. Por isso, não se pode falar em transferência de valor entre os países. Aliás, os ganhos e perdas de uns não compensam os ganhos e perdas de outros, o que deveria acontecer se o caso fosse de transferências de valor (BORGES NETO, 2011, p. 97).

Para Borges Neto, nomear as perdas e ganhos como transferência de valor é teoricamente incorreto, mas isso não tem nenhuma influência negativa sobre o conjunto da argumentação de Ruy Mauro Marini, uma vez que o autor ainda está definindo uma situação real.

PARTE II

4 A ATUAL SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA EM BRASIL E ARGENTINA

A situação de dependência não é estática e se adapta às novas condições impostas pelo capitalismo. Para os países que nos propomos estudar (Brasil e Argentina) as novas condições dadas pelo mercado mundial com a financeirização da economia e a reprimarização e desindustrialização da América Latina impõem novas formas de extração de excedentes (transferência de valor) pelos países centrais que definem novos modelos de dependência.

Nesta seção apresentamos resumidamente essas novas condições que se impõem aos países dependentes no período recente: a financeirização na economia em escala mundial, a reprimarização e desindustrialização dos países latino-americanos e as novas condições de dependência que condicionaram o desenvolvimento dos países estudados.

4.1 FINANCEIRIZAÇÃO

O valor não é uma propriedade imutável da mercadoria, mas um processo de desenvolvimento que atingiu em nosso tempo sua maturidade ao transformar-se em capital, valor substantivado, nas palavras de Marx, que existe “*em si e para si*” (CARCANHOLO, 2005, s.p.).

O valor aparece hoje na forma de dinheiro que, para Marx (O Capital, Livro I), tem três determinações: é uma medida de valores, um meio de circulação e também um meio de pagamento e dinheiro mundial (PAULANI, 2009). Nessas três determinações do dinheiro ainda não estava dada a função do dinheiro como capital. Faltava ainda que fosse utilizado para a obtenção de lucro, o dinheiro “*prenhe*” de mais-valia, que se valoriza no processo de produção e circulação de mercadorias ($D - M - D'$). O dinheiro só assume a função de capital quando: na circulação é o ponto de partida e o ponto de retorno; na produção está subordinando o trabalhador ao capitalista e a produção de mais-valia.

O capital portador de juros é o dinheiro entesourado que passa a ser tratado como mercadoria por si mesmo, tendo por valor de uso o fato de poder ser transformado em capital, ou seja, o possível lucro a ser extraído da sua inserção no processo de produção-circulação de mercadorias.

O capitalista monetário, que é o proprietário do dinheiro, aliena o seu valor de uso para o capitalista produtivo, e recebe como remuneração pela posse do capital juros que são parte da mais-valia obtida pelo movimento do capital na etapa da produção. O curso do capital se expande passando primeiro das mãos do proprietário do dinheiro para o capitalista pelo seu valor de uso, ou seja, como mercadoria, e só então se transforma em capital e entra no processo de produção de onde obtém mais-valia. A mais valia é assim dividida em lucro e em juros e o dinheiro volta às mãos de seu proprietário acrescido dos juros.

O capital é, nesse processo, alienado como mercadoria pelo seu valor de uso. Entretanto, está longe de se comportar como mera mercadoria. Ele é, nas palavras de Marx, uma mercadoria *sui generis*, que tem como peculiaridade não ter seu valor de uso consumido, mas multiplicado no processo de produção de mercadorias.

O pagamento de juros ao proprietário do capital não altera o valor da mercadoria, uma vez que não interfere no processo de produção. Ele apenas altera a distribuição da mais-valia que agora é dividida entre o proprietário do capital e o capitalista que de fato promoveu a produção da mercadoria.

Abaixo vemos como se configura o ciclo do capital para o capital portador de juros.

- Para o capitalista:

$D - D - M - D' - (D' - \Delta D)$, onde ΔD são os juros pagos ao capitalista monetário

- Para o proprietário do dinheiro (capitalista monetário):

$D - D'$, onde $D' = D + \Delta D$

Observamos que, para o proprietário do dinheiro, o juro recebido aparece como fruto do próprio capital e não mais como parte da mais-valia, que é o que realmente é. No capital portador de juros a relação com o capital atinge uma forma fetichista e alienada: o dinheiro que valoriza a si mesmo e gera mais dinheiro sem apresentar nenhuma marca de sua origem. Temos uma imagem distorcida onde está apagada a relação social de exploração do trabalho humano que gera a mais-valia e o lucro.

Neste momento de nossas vidas, o capital aparece como um poderoso ser que nem mesmo precisa da materialidade das mercadorias para sua existência. Ele aparece como algo total e absolutamente abstrato, desprovido de substância material, mas que existe realmente e está aqui, ali e em todo lugar, mas não o vemos diretamente. É abstrato, invisível, sem materialidade, ubíquo e todo poderoso. (CARCANHOLO, 2005, s.p.).

Enquanto meio de pagamento o dinheiro sai da esfera da circulação, mas não de forma completa. Idealmente ele ainda está presente, uma vez que é a promessa de pagamento futuro em dinheiro, que permite que a troca seja realizada. O que temos, então, com essa nova função, é o surgimento do crédito.

Com a função de meio de pagamento, extingue-se a obrigatoriedade da aparição simultânea de dinheiro e mercadoria em uma troca. O comprador pode receber a mercadoria oferecendo em troca uma promessa de pagamento. A terceira determinação do dinheiro (meio de pagamento) permitiu não somente um novo tipo de relação com o dinheiro – que passa a ser um objetivo em si mesmo, ou seja, passa a ter valor de uso para entesouramento –, mas permitiu também o surgimento de uma nova relação social entre credores e devedores que antes não era possível.

O sistema de crédito se desenvolveu ligado também ao desenvolvimento do comércio do dinheiro como mercadoria, surgiram administradores de capital portador de juros que assumiram a função de vendedores de dinheiro que tomavam empréstimos a um juro x e emprestavam esse mesmo capital a um juro $x+y$, ficando com a diferença para si como lucro de suas operações.

O próximo passo deu-se com o surgimento dos bancos que concentram em suas mãos o capital monetário em grandes somas, pertencentes a não somente um, mas vários prestamistas de dinheiro e redistribuem esse capital a juros mais elevados, tirando daí seus lucros.

O sistema bancário continuou se desenvolvendo e passou também a coletar recursos monetários por meio de depósitos, as poupanças. Os bancos reuniram uma grande massa de dinheiro formada por pequenos montantes recolhidos em todas as camadas sociais passando então a exercer um grande poder monetário acabando com a figura do credor individual.

Os bancos passam a controlar essas grandes massas de capital que, ao ser emprestado pelos bancos se duplicam em dinheiro (que é entregue ao devedor) e títulos que representam direitos sobre esse dinheiro (que permanecem em poder dos bancos). Obviamente o único que é real é o dinheiro que está nas mãos do devedor, entretanto o banco fica com estes títulos, que podem ser comercializados em mercados secundários. A comercialização desses títulos implica que o capital assume um movimento próprio, totalmente distinto do movimento que realiza o capital real, o que torna suas flutuações de preço independentes

deste. Surge assim o que Marx chama de capital fictício, capital portador de juros que está agora autonomizado e perdeu totalmente seu vínculo com o capital real.

O desenvolvimento do comércio e das instituições financeiras levou ao desenvolvimento do comércio de promessas de pagamento, de onde partiu o capital fictício. Este capital fictício, como proposto por Marx, consiste na multiplicação ilusória da riqueza com base no capital portador de juros, com a intermediação de mecanismos monetários e financeiros. Marx chamou esse processo de formação do capital fictício de capitalização.

O crédito assumiu o papel de um dos principais fatores de aprofundamento da condição de dependência dos países latino-americanos. A dívida externa, contraída para financiar a industrialização, tomou grandes proporções e passou a ser um dos principais escapes para os valores produzidos nos países periféricos. Os excedentes aqui produzidos, como mostra Marisa Amaral (2012a), passaram a ser transferidos para os países centrais por meio do pagamento de juros e constituíram um dos principais mecanismos de transferência de valor na nova fase da dependência, tomando como um primeiro momento emblemático dessa situação a crise da dívida nos anos 1980.

...o endividamento externo salta para níveis sem precedentes em decorrência da elevação das taxas de juros internacionais. Esta representaria a fase na qual ocorre a primeira alteração do eixo de acumulação na periferia (daí o fato de ser o momento emblemático), já que se rompe com um processo de acumulação produtiva e começa a tomar lugar um tipo de dinâmica calcado na ideia de círculo vicioso a partir da recorrência ao endividamento para dar conta de um endividamento anterior, o que gera nova dívida, nova necessidade de recursos e assim sucessivamente. Deste modo, o movimento de financeirização em nível mundial passa a se generalizar para os países periféricos. (AMARAL, 2012a, p. 3).

O que vemos a seguir é o Estado assumindo cada vez mais um papel, de “*mero instrumento garantidor da segurança nacional, dos direitos de propriedade e de um aparato legal que permita a fluidez dos movimentos do mercado.*” (AMARAL, 2012a, p. 5) para que os processos de abertura e desregulamentação da economia possam seguir seu curso buscando fazer com que os países latino-americanos se tornem atrativos para o capital internacional em busca de fontes cada vez mais lucrativas.

Essa nova configuração do capitalismo resulta de tentativas dos países centrais de resolver a crise estrutural do capitalismo por meio da liberalização, que daria ao capital a liberdade de movimentação de que ele necessita para superar as baixas taxas de lucro (CHESNAIS, 2010, p. 167).

Chesnais (2010) aponta que esse processo de liberalização e mundialização do capital teve três etapas, a primeira foi a etapa da mundialização financeira indireta na década de 1960 quando coexistiam sistemas monetários e financeiros compartimentados onde os bancos eram as instituições financeiras dominantes tanto no plano nacional quanto no internacional. A segunda etapa foi de desregulamentação e liberalização financeira, data das decisões tomadas em 1979-1981 que abriram externamente os sistemas financeiros nacionais e causaram a desregulamentação monetária e financeira e a “mercadorização” dos títulos públicos colocou a economia mundial na “*era das taxas de juros reais positivas*” (CHESNAIS, 2010, p. 26) e deu aos investidores financeiros o controle das taxas de juros no longo prazo (“ditadura dos credores”). Nessa etapa as instituições dominantes não são mais os bancos, mas os mercados financeiros e as organizações financeiras não-bancárias (fundos de pensão e organismos de aplicações coletivas em valores mobiliários). A terceira etapa é a da generalização da arbitragem e incorporação dos “mercados emergentes” a partir da década de 1990, tornando a concorrência “*uma força coercitiva toda poderosa sob o império das tendências imanentes de um modo de produção no qual o lucro é o objetivo fundamental, senão o único.*” (CHESNAIS, 2010, p 169). Agora o controle da economia não está mais nas mãos do capitalista individual, identificável, está nas mãos de um conjunto de instituições a serviço do capital de aplicação (gestores de portfólio, operadores nos mercados financeiros e os próprios mercados enquanto locais de transações).

Esse capital fictício agora domina a economia e a política das regiões periféricas tornando-se “*um novo fator determinante e condicionador da capacidade de crescer (e desenvolver) das economias*” (AMARAL, 2012a, p. 5), uma nova condição de controle e de dependência.

4.2 REPRIMARIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Com o fim do projeto de industrialização das economias latino-americanas (PSI, em Brasil, Argentina e México) iniciou-se na região um novo padrão de reprodução do capital que é caracterizado pela especialização produtiva focada principalmente em produtos primários e exportação de *commodities* embora com maior grau de elaboração, destinados à exportação. Para Medeiros (2016) essa situação que se iniciou na década de 1990 se deveu, principalmente, à solidez dos mercados emergentes Oda Ásia e à capacidade da região de atrair investimentos estrangeiros no setor primário durante a crise mundial.

Podemos observar essa situação no gráfico 1, abaixo, que mostra a exportação de produtos primários em porcentagem da exportação de bens no Brasil, na Argentina e na América Latina e Caribe como um todo. Por ele fica clara a retomada dos produtos primários a partir do final da década de 1990 e a sua importância na economia dos países objeto deste estudo como representante da maior parte (mais de 50%) da sua exportação de bens.

Fonte: CEPALSTAT, 2017.

Gráfico 1 – Exportações de produtos primários em porcentagem do total de exportação de bens, por país

Para um grupo de economias novo-desenvolvimentistas há uma tendência, desde a década de 1990, à desindustrialização do continente latino-americano (OLEIRO; FEIJÓ, 2010). Isso significa que, adotando o sentido clássico do termo, está havendo uma redução persistente da participação do emprego industrial em um país ou região e é uma tese que corrobora com a tese da reprimarização do continente.

A desindustrialização, entretanto, é vista por esses economistas como uma tendência natural capitalista, uma vez que o desenvolvimento da tecnologia permite que cada vez menos trabalho humano seja necessário na produção, diminuindo a oferta de empregos no setor industrial. Porém, não foi o pleno desenvolvimento da indústria que promoveu a desindustrialização e reprimarização da América Latina, para Oleiro e Feijó a desindustrialização percebida na década de 1990 na região foi causada pelo aumento da sua integração comercial e produtiva no estágio mais avançado do processo de globalização.

Esse fenômeno foi chamado de “Doença Holandesa”, quando há um aumento nos valores de exportação de recursos naturais de um país, causado pela valorização dos bens primários no mercado mundial, e decorrente queda na participação, relativa ao total, dos valores de exportação de bens manufaturados (EBRAHIM-ZADEH, 2003). Esse arranjo macroeconômico que envolve também a valorização cambial, fruto da explosão dos preços das *commodities* no mercado mundial, torna a indústria menos competitiva internamente, o que também ajuda no aumento da quantidade de bens primários no total de exportações de um determinado país ou região.

Esse novo padrão exportador está baseado essencialmente na produção de matérias primas e alimentos, e bens industriais com predominância das atividades de maquila e boa parte do seu êxito se deveu à existência de uma demanda mundial pelos produtos que poderiam ser produzidos na região e na sua rápida resposta a essa demanda.

Para Carcanholo (2012), o maior beneficiário dessa reestruturação econômica que tomou forma na América Latina no período recente foi o capital estrangeiro, que adentrou a região principalmente por meio da privatização de empresas estatais e de investimentos para o estabelecimento de novas cadeias produtivas. Isso acontece nos trabalhos de maquila, montagem, embalagem e rotulagem, que são, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais que estão sob direção do capital transnacional. Estas não estão ligadas a nenhum país específico e passam a decidir que nichos do mercado privilegiar sem nenhuma preocupação com qualquer projeto nacional de desenvolvimento (OSÓRIO, 2012).

Em todas as economias, o novo padrão pressupõe o fim da industrialização como projeto de maior autonomia, permanecendo em alguns casos uma parcela industrial relevante, particularmente nas economias de maior complexidade, como Brasil e México, porém integradas ou subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais. (OSÓRIO, 2012, p 106).

Essa situação resulta em perda de autonomia para os países sobre suas políticas nacionais, se até a década de 1980 as forças produtivas industriais tinham seu desenvolvimento dirigido, principalmente, pelo Estado que era o ator que definia onde seriam aplicados os recursos disponíveis em forma de incentivos para uma determinada área de interesse nacional, a partir deste momento com as crises do petróleo (1970) e da dívida externa (1980) as economias latino-americanas entraram em retrocesso e a solução encontrada foi a abertura comercial que deu exclusividade ao mercado para investir, entregando o controle e

direção dos investimentos na região em mãos estrangeiras (ANTUNES, 2008). Uma vez que isso acontece o Estado se vê, então, à mercê do capital financeiro por depender da entrada de investimentos externos para manter equilibrada sua balança de pagamentos e precisa manter políticas monetárias para sua atração.

4.3 A NOVA CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA

Theotônio dos Santos, um dos principais autores da Teoria Marxista da Dependência, reconhece três momentos históricos da dependência dos países latino-americanos:

(...) podemos distinguir (1) a dependência colonial, a exportação comercial in natura, na qual o capital comercial e financeiro, em associação com o Estado colonialista, dominava as relações econômicas dos europeus e das colônias, por meio de um monopólio comercial complementado pelo monopólio colonial da terra, das jazidas e da força de trabalho (servil ou escrava) nos países colonizados. (2) A dependência financeiro-comercial, que se consolidou ao final do século XIX, caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, e sua expansão no estrangeiro mediante o investimento na produção de matérias-primas e produtos agropecuários para consumo nos centros hegemônicos, e sua expansão no estrangeiro mediante o investimento na produção de matérias-primas e produtos agropecuários para consumo nos centros hegemônicos. Desenvolveu-se nos países dependentes uma estrutura produtiva dedicada à exportação de tais, gerando aquilo que a CEPAL qualificou de “desenvolvimento voltado para fora”. (3) No período pós-guerra, consolidou-se um novo tipo de dependência, baseado em corporações multinacionais que começaram a investir em indústrias voltadas ao mercado interno nos países subdesenvolvidos. Esta forma de dependência é basicamente a dependência tecnológico-industrial.

Cada uma dessas formas de dependência corresponde a uma situação que condicionou não apenas as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política. (DOS SANTOS, 2011, p. 7-8).

Seguindo esse pensamento, Marisa Amaral, em sua tese de 2012, propõe uma atualização da Teoria da Dependência analisando a nova forma de dependência que surge com a financeirização do mercado mundial. Esse movimento, que teve início nos países centrais, passa a se generalizar nos países periféricos em virtude da necessidade de atração do capital internacional para sua industrialização, que se deu a partir dos anos 1970, trazendo para esses

países uma reestruturação produtiva marcada pela especialização e reprimarização da economia.

Que a nova situação implica a perda de controle sobre seu mercado interno, e mesmo da elaboração de políticas econômicas, pelos países periféricos é fato conhecido, mas precisamos pensar se essa condição de dependente age ainda da mesma forma como aquela estudada no Chile e no México pelos teóricos marxistas (que apresentamos no capítulo 2 deste trabalho).

Ao contrário do pensamento desenvolvimentista das décadas anteriores, que buscava a substituição de importações para diversificação da produção, maior controle do Estado sobre a economia e proteção dos mercados internos, as novas regras buscavam a abertura de mercados e a alteração no papel do Estado, que passa a ser o garantidor dos direitos de propriedade e do controle das massas para atrair o capital internacional.

Amaral (2008) aponta para as mudanças que ocorreram com a financeirização da economia mundial e como as formas de dominação dos países centrais acompanharam essas mudanças para continuar extraindo excedentes de forma eficiente das regiões periféricas.

O capital estrangeiro que adentrou os países da América Latina trouxe como efeito colateral um grande endividamento externo que implicou o envio de boa parte do valor produzido dentro das economias nacionais para os países desenvolvidos. Com sua presença surgem também novas formas de transferência de valor para além das já citadas (comércio entre produtores de mercadorias com maior ou menor composição orgânica do capital) por meio do repatriamento de lucros, pagamento de royalties entre outros mecanismos de extração de excedentes que explicitaremos no próximo capítulo.

A nova condição de dependência está ligada ao crescimento da fragilidade financeira e, conseqüentemente, da vulnerabilidade externa nos países periféricos. Nosso desenvolvimento continua condicionado pelo desenvolvimento dos países centrais e só pode ocorrer dentro dos limites desenhados por estes.

5 DEMONSTRAÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DE VALOR POR MEIO DE ANÁLISES MACROECONÔMICAS

Este trabalho tem por objetivo principal oferecer uma contribuição às discussões atuais dentro da teoria marxista da dependência (TMD), que consiste em uma vertente da teoria da dependência de inspiração marxista, ou seja, que busca na teoria marxista do valor as bases para entender a América Latina e outras regiões subdesenvolvidas do globo, em sua condição de dependentes. Nosso esforço está centrado na discussão sobre a questão da transferência de valores dos países dependentes para os países centrais, que é um dos seus pressupostos.

Tanto nos trabalhos da primeira geração de teóricos da TMD, como nos trabalhos mais recentes que se dedicaram à questão da dependência, a transferência de valor é um tema central, uma das características principais do capitalismo dependente latino-americano. A transferência de valores dos países dependentes para os países centrais é o fator estrutural do sistema capitalista que faz com que o excedente de capital produzido nos países periféricos não possa ser neles realizado, tornando-os permanentemente dependentes de recursos externos para manter seu desenvolvimento econômico e, se no período colonial estes valores eram simplesmente coletados pelas metrópoles de forma direta, pelo uso da violência, após o processo de independência os envios de recursos para fora passaram a ocorrer de outras formas menos óbvias.

O lucro extraordinário obtido pelos países desenvolvidos em suas relações comerciais com a América Latina só é possível porque, uma vez que estes conseguem uma maior produtividade, seus produtos apresentam preços inferiores aos produtos produzidos pelos países latino-americanos – que, como já vimos, extraem maior excedente da superexploração da força de trabalho e não do desenvolvimento técnico. Como seus produtos são vendidos pelo preço de mercado (preço médio) eles conseguem um lucro extraordinário e, portanto, recebem não só valor que produziram, mas também parte do valor produzido nos países periféricos.

Uma dessas formas é a troca desigual é um mecanismo de extração de valor dos países menos desenvolvidos apontada pela primeira vez por Raúl Prebisch (2000), que, analisando os dados de comércio da América Latina, percebeu que com o passar do tempo a relação entre os preços primários e finais não permanecia a mesma, mas se tornava cada vez mais

desvantajosa para os países subdesenvolvidos. Para Marini (2012), o fato de algumas nações produzirem produtos manufaturados que não podem ser produzidos com a mesma facilidade por outras nações menos desenvolvidas permite troquem seus produtos por valores maiores que os valores equivalentes, ainda que menores que a média social. Este mecanismo também permite a estes países se apossarem de parte do valor produzido na periferia do sistema e, diante disso, entendemos que países cujo comércio com o exterior é formado pela exportação de bens que envolvem o uso de tecnologia menos avançada em sua produção ficam então em desvantagem no que se refere aos termos de troca.

As transferências de valor dos países dependentes para os países dominantes podem acontecer também por meio do pagamento de juros de empréstimos tomados pelos seus governos para cobrir os déficits da balança comercial – com o lançamento de títulos da dívida no mercado pagando juros muito altos por conta da baixa credibilidade e altos riscos (AMARAL, 2008) – ou por residentes para ampliação e estabelecimento de novos negócios, do repatriamento dos lucros obtidos com Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) que foram utilizados para compra de empresas nacionais e estabelecimento de novas empresas no país que permanecem como propriedade de não residentes; do pagamento de royalties para utilização de tecnologias estrangeiras, uma vez que o desenvolvimento tecnológico nos países dependentes é insuficiente para alcançar a produtividade dos países desenvolvidos e que, para estabelecerem negócios competitivos, os residentes têm que adquirir meios de produção importados. Enquanto a questão da transferência de valor está bastante clara nas operações do governo com o pagamento de juros sobre empréstimos realizados no exterior, o mesmo não acontece nas operações realizadas por capitalistas individuais nos Investimentos Estrangeiros Diretos.

Esses fluxos de capital que adentram os países dependentes são investimentos que seguem a lógica capitalista de reprodução do capital, o que na América Latina significa a lógica de extração de excedentes por meio da transferência de valor. O IED chega a esses países buscando novos mercados e recursos para obter maiores lucros que serão posteriormente repatriados.

Nesse sentido, politicamente, o IED atua na manutenção e reprodução da dependência, uma vez que busca retirar do país receptor mais do que investir. Essa lógica fica clara quando observamos as medidas tomadas pelos países dependentes que pretendem atraí-lo por meio de políticas de abertura econômica que facilitam a entrada e saída de capital. Para Magalhães

(2009) a essência do IED é a extração de recursos econômicos e naturais dos países dependentes ou forma sistemática por meio de uma acumulação prévia utilizada como adiantamento para uma acumulação posterior, normalmente maior.

O IED, enquanto fenômeno, formação material, é a manifestação visível de uma transferência de capital que parte dos países centrais e da qual apenas uma pequena parte se dirige aos países dependentes. Mas a atividade deste fenômeno, desta formação material, dá-se com o encobrimento da essência por parte da aparência: transfere-se um capital que fora previamente acumulado, e o utiliza para uma acumulação ulterior, a qual é então enviada aos países centrais, estes manipuladores principais, mas não imediatos, do processo de drenagem de recursos, sob a forma de remessas de lucros (MAGALHÃES, 2009, p. 90).

Neste trabalho buscamos analisar as diversas formas pelas quais a transferência de valor ocorre, dos países dependentes em direção aos países centrais, e com esses dados apreender a situação de dependência dos países objeto deste estudo (Brasil e Argentina) comparando-os com outros países de mesma faixa de renda (per capita) em diferentes regiões.

Para isso dividimos as transferências de valor em três tipos (ou categorias): a) por meio do comércio internacional; b) por meio de ações governamentais; c) por meio de transferências diretas de capital. São três categorias, por nós elaboradas, que dividem as transferências de valor de acordo com o ator/instituição que a torna possível (mercado, governo e capitalistas individuais) e que especificamos a seguir.

5.1 TRANSFERÊNCIA DE VALOR: UMA TENTATIVA DE CLASSIFICAÇÃO

Para Marini (2012), a transferência de valores dos países dependentes para os centrais é a responsável pela superexploração da força de trabalho naqueles, uma vez que, ao terem seus lucros desviados para fora do país, os capitalistas dos países dependentes tratam de extorquir sua parte da mais-valia usando expedientes para aumentar a parte da jornada não remunerada do trabalhador por meio do aumento da intensidade ou do tempo da jornada de trabalho sem o respectivo aumento da remuneração ou do pagamento abaixo do custo de reprodução da força de trabalho.

Em nosso entendimento, a transferência de valor assume papel principal na condição de dependência dos países latino-americanos aqui analisados, uma vez que é devido a ela que

eles não conseguem se desenvolver ou, pelo menos, não conseguem se desenvolver plenamente.

Para chegar a uma classificação dos tipos de transferência de valores a que estão submetidos os países dependentes, apoiar-nos-emos nas classificações já realizadas anteriormente nos trabalhos de Edward Soja (1983, 1989), Theotônio dos Santos (2011) e Marisa Amaral (2008).

A classificação de Theotônio dos Santos (2011), que decompõe a situação de dependência em três momentos históricos, completada por Amaral (2008), divide a dependência em duas fases, uma primeira fase em que as transferências de valor são efetivadas principalmente por meio de diferenças nas condições de produção entre os países centrais e periféricos no mercado e uma segunda fase onde os tipos de extração de excedentes estão concentrados na balança de rendas (AMARAL, 2008). Essa classificação nos é muito cara, pois permite analisar a situação de dependência considerando o seu desenvolvimento histórico e não como uma conformação estática onde todas as condições estão dadas.

Enquanto dos Santos e Amaral fizeram uma classificação temporal dos tipos históricos de dependência levando em consideração a forma como os excedentes eram desviados nos países periféricos, Soja fez uma classificação dos tipos de transferência de valor a que estão submetidas as economias dependentes quando adentram o mercado mundial capitalista que se baseia na sua origem.

Baseando-se no trabalho de Hadjimichalis (1979), o autor divide as transferências de valor em duas formas, uma primeira forma originária ou “indireta”, que é intrínseca ao capitalismo e age indiretamente por meio do mercado capitalista competitivo, derivada das transferências de valores de Marx entre firmas e setores e uma segunda forma derivada, ou direta, que surge das relações de poder e controle político.

Na primeira forma, ou nível¹⁶, as transferências de valor são decorrentes das diferenças geográficas dos sistemas de produção e processos de trabalho constituindo a espacialização da transferência de valor apontada por Marx entre firmas e setores. Por estar em um nível de abstração superior, considera o autor que não seja possível a medição quantitativa da transferência de valor na forma originária de transferência de valor.

¹⁶ Em trabalho posterior de 1989 o autor chama de níveis de transferência.

No segundo nível, mais concreto, a transferência de valor derivada é apontada pelo autor com um conceito guarda-chuva¹⁷, que abrange uma grande quantidade de formas pelas quais a periferia é dominada pelo centro. Dentre elas

... procedimentos tais como remessa de lucros e preços de transferência dentro de corporações multilocais e multinacionais, políticas de taxaço e transferência de pagamentos públicos, exportação líquida de taxas e royalties sobre receita de “auxílios”, o chamado “*brain drain*” (transferência de cientistas e técnicos competentes) e até mesmo as oportunidades perdidas devido ao pequeno volume de capital periférico em comparação ao das áreas centrais. Está também incluído aqui, a ampliação ou redução da transferência geográfica de valor indireta que provém da fixação de preço e da manipulação das relações de comércio. (SOJA, 1983, p. 69).

Enquanto no primeiro tipo a origem é o mercado e a superioridade tecnológica dos países desenvolvidos, no segundo tipo é a dominação política dos países dependentes pelos países centrais.

Nossa classificação, assim como a de Edward Soja, está fundamentada na origem das transferências de valor, mas como nosso objetivo aqui é elaborar uma classificação que faça sentido na análise da situação atual da dependência, não podemos simplesmente classificar os modos de transferência de valor seguindo a classificação já realizada por esses autores.

A classificação de Soja não seria eficiente, uma vez que na primeira forma está em um nível de abstração muito elevado, o que impede que seja analisado por dados macroeconômicos de forma mais concreta, seguindo nossa proposta de trabalho. A segunda forma apresentada por Soja (1983) está baseada nos efeitos que, não só a transferência de valor mas também a transferência de mão de obra qualificada e transferências de valor do primeiro nível (indiretas) desde que ocorram devido a intervenções políticas na economia.

Como já dito, o nosso objetivo neste trabalho é atuar em um nível de abstração mais baixo, analisando as formas como os excedentes são extraídos dos países dependentes e enviados para os países centrais no período mais recente. Para isso buscamos classificar as formas de transferência de valores dividindo-as de acordo com o meio por onde esses valores são extraídos.

Cada tipo de transferência que apresentamos acontece por meio de uma instituição diferente: o mercado, o governo e os capitalistas individuais. Nossa classificação coincide com a de Soja (1983) em seu primeiro tipo, uma vez que em ambos o motivo da classificação é a

¹⁷ *Umbrella concept* no original, a tradução é nossa.

origem da transferência no mercado mundial devido à inferioridade em que nele competem os países dependentes, mas aí cessa a identidade entre elas.

Apesar da coincidência, nossa classificação difere essencialmente da de Soja uma vez que a base da classificação de Soja é a intervenção ou não da política na economia. Se a transferência é causada pelas leis do mercado é considerada direta, se causada pelas intervenções políticas, indireta. Em nossa classificação não consideramos esse aspecto relevante, uma vez que focamos no meio pelo qual ocorreu a transferência.

Analisando a situação atual da dependência, em que partes são Estados-nação bem definidos e independentes competindo no mercado mundial, não é possível separar quais transferências foram realizadas devido a intervenções políticas e quais não foram, porque todos os Estados-nação interferem no seu mercado interno (por meio de taxas de câmbio, taxas de juros, políticas de fomento da educação e de controle dos trabalhadores, incentivos fiscais etc.) na tentativa de fazer seus produtos mais competitivos e atrair investimentos estrangeiros.

Entendemos, então, que no estágio atual do capitalismo não faz sentido classificar as transferências de valor pelo critério de Soja, mas consideramos a tarefa de classificação das formas de transferência de valor que vão dos países dependentes para os países centrais uma tarefa relevante para a compreensão dos condicionantes que impedem o desenvolvimento dos países dependentes dentro do capitalismo. Por mais que esses países se tornem cada vez mais urbanos e industrializados, não conseguem converter a mais-valia produzida em investimento interno, devido à impossibilidade de manterem seus excedentes dentro do seu território.

Realizamos, a seguir, uma análise das transferências de valor dos países dependentes para os países centrais classificando-as em três tipos: **a) por meio do comércio internacional; b) por meio de ações governamentais; c) por meio de transferências diretas de capital.**

4.2 ANÁLISE DE DADOS MACROECONÔMICOS

O objetivo do trabalho é buscar nos indicadores econômicos evidências de que Brasil e Argentina permanecem em uma situação de dependência em relação aos países centrais e

tem o valor produzido em seus territórios enviado para fora de forma estrutural e constante, o que impede que se desenvolvam de forma plena.

Utilizaremos como indicadores de dependência os índices que apontam a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais em três níveis, divididos de acordo com os atores que a tornam possível, nos moldes da classificação apresentada no capítulo anterior:

(A) por meio do mercado

Para este nível propomos analisar os indicadores macroeconômicos referentes ao poder de compra das exportações e índices de relações de preços entre exportações e importações.

(B) por meio do governo

Para este nível propomos analisar indicadores macroeconômicos relativos à dívida externa total e composição da Dívida Interna.

(C) por meio de capitalistas individuais

Para este nível propomos analisar indicadores macroeconômicos de despesas e receitas com tecnologia (pagamento de royalties, pelo uso de propriedade intelectual, gastos com pesquisa e desenvolvimento, Investimento externo Direto (IED) e tipos de produtos exportados.

(A) Por meio do mercado

Uma das formas como se dá a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais é quando empresas de diferentes ramos, com diferentes composições orgânicas de capital e diferentes produtividades colocam seus produtos no mercado mundial. Apesar de se tratar de uma situação que envolve análises de alto nível de abstração que não podem ser observadas diretamente, podemos verificar por meio de dados macroeconômicos que a situação dos países dependentes no comércio internacional é de inferioridade.

Como os países centrais possuem tecnologia mais desenvolvida do que os países periféricos suas empresas entram no mercado com vantagens e conseguem absorver parte do valor produzido nas empresas dos países dependentes. Essa situação pode ser observada no gráfico

2 abaixo, exportações de alta tecnologia em porcentagem das exportações de produtos manufaturados.

Fonte: World Development Indicators, 2017.

Gráfico 2 - Exportações de alta tecnologia em porcentagem das exportações de produtos manufaturados, por renda.

Pelo gráfico podemos observar que nas regiões mais desenvolvidas, com maior renda (renda alta e renda média superior) a porcentagem das exportações de produtos de alta tecnologia ou produtos que demandam muita pesquisa e desenvolvimento (P&D) gravita em torno dos 20%, bem maior do que a porcentagem em países de baixa renda (renda média inferior e baixa renda), que beira os 10%.

Podemos observar também que a América Latina e o Caribe seguem a tendência de países com renda mais baixa, onde os produtos de alta tecnologia são parte menor das exportações totais de produtos manufaturados.

Fonte: World Development Indicators, 2017.

Gráfico 3- Exportações de alta tecnologia em porcentagem das exportações de produtos manufaturados, por país.

No gráfico 3, acima, podemos observar a posição do Brasil e da Argentina, objetos dessa análise em comparação com o restante da América Latina e Caribe. A Argentina aparece com uma porcentagem de produtos de alta tecnologia bastante abaixo da do Brasil e da América Latina como um todo. Essa diferença entre os dois países também pode ser observada quando analisamos a distribuição setorial das exportações de ambos os países na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Distribuição setorial das exportações por países, 2000-2002 e 2007-2009
(em %)

	Matérias-primas	Manufaturas baseadas em recursos naturais	Manufaturas com tecnologia alta, média e baixa	Serviços
América Latina e Caribe				
2000-2002	25	16,2	51,9	6,8
2007-2009	34,1	18,4	41,4	6,4
Argentina				
2000-2002	42,3	21,2	29,4	7
2007-2009	38,2	23,5	30,4	7,9
Brasil				
2000-2002	23,7	21,8	47,1	7,5
2007-2009	33,6	19,8	39,1	7,4

Fonte: CARCANHOLO, 2012, p. 117.

Os dados sobre a quantidade de produtos de alta tecnologia exportados confirmam os apontamentos da teoria marxista da dependência para uma transferência de valor em direção aos países mais desenvolvidos causada pela diferença de produtividade e composição orgânica do capital em favor dos mesmos.

Seguindo ainda a mesma tendência, de analisar o desenvolvimento tecnológico, outro indicador para a transferência de valor intersetorial dos países dependentes para os países centrais é o valor investido em pesquisa e desenvolvimento (P&D) (como porcentagem do PIB). Quanto maior o investimento em P&D maiores os avanços conseguidos pelos países na criação de novas tecnologias para aumentar a produtividade de suas empresas e a sua composição orgânica do capital, novamente permitindo que entrem no mercado mundial em condições de superioridade frente aos países de menor renda.

Fonte: World Development Indicators, 2017.

Gráfico 4 – Gastos com pesquisa e desenvolvimento (% PIB), por renda

Como podemos observar pelo gráfico 4 acima, apesar da falta de dados para os países de menor renda, há uma clara correlação entre a renda e o investimento em P&D, sendo que países de maior renda investem mais em P&D que países com renda média-alta, e estes mais que países com renda média. Nesse cenário, a América Latina como um todo está abaixo dos países com renda média.

Fonte: World Development Indicators, 2017.

Gráfico 5 - Gastos com pesquisa e desenvolvimento (% PIB), por país

Pelo gráfico 5 podemos observar a situação de Brasil e Argentina nesse cenário, novamente o Brasil apresenta indicadores que o colocam em condições melhores, enquanto a Argentina aparece abaixo da média do continente. Entretanto, comparado com países de renda alta os valores brasileiros ainda são baixos.

Com esses indicadores buscamos demonstrar que os países centrais, desenvolvidos (que aqui aparecem como países de renda alta) apresentam vantagens sobre os demais países no que se refere ao desenvolvimento de tecnologia e produtividade de suas empresas o que, de acordo com a tese da transferência de valor que apresentamos no capítulo 3 se traduz em transferência de valor com desvantagem para os países dependentes.

Outro indicador que pode ser utilizado para demonstrar a transferência de valor dos países dependentes para os centrais por meio do mercado, com base na tese da transferência de valor, é o de comércio total de produtos e serviços (*total trade in products/total trade in services*), que indicam, respectivamente, total de exportações diminuído do total de importações de produtos e total de exportações diminuído do total de importações de serviços.

Fonte: UNCTADstat, 2017.

Gráfico 6 – Comércio total de serviços (em U\$ correntes), países desenvolvidos vs. Países em desenvolvimento

Fonte: UNCTADstat, 2017.

Gráfico 7 – Comércio total de bens (em U\$\$ corrente), países desenvolvidos vs. Países em desenvolvimento

Pelos gráficos 6 e 7 acima podemos observar que o comércio total de serviços é positivo nos países desenvolvidos, e negativo nos países em desenvolvimento, e que o comércio total de produtos acontece de forma inversa, positivo nos países em desenvolvimento e negativo nos países desenvolvidos. Temos aqui uma situação que indica que os países desenvolvidos se especializaram em oferecer serviços¹⁸, categoria dentro da qual estão incluídos o desenvolvimento de tecnologia e a intermediação financeira, enquanto os países em desenvolvimento se especializaram na produção de bens.

Diante desse quadro temos que a produção de bens primários e manufaturados, que é onde está empregada maior parte da mão-de-obra fica majoritariamente em países em desenvolvimento, ficando os países desenvolvidos fora da função de produzir mercadorias, focados na administração do comércio e transporte, distribuição de recursos por meio da arrecadação de capital e concessão de empréstimos e direcionamento de investimentos.

¹⁸ A categoria de serviços, pela classificação da ONU, inclui comércio, reparos, desenvolvimento de tecnologia, transporte, alojamento, alimentação, intermediação financeira, seguros e previdência, aluguéis, administração, educação, saúde, limpeza, cultura e esportes.

Nos gráficos 8 e 9, abaixo, temos a posição de Brasil e Argentina, nosso objeto de estudo nesse cenário.

Fonte: UNCTADstat, 2017.

Gráfico 8 – Comércio total de serviços (em U\$\$ corrente), por país

Fonte: UNCTADstat, 2017.

Gráfico 9 – Comércio total de bens (em U\$\$ corrente), por país

Observamos que ambos os países se caracterizam como países em desenvolvimento que são, com comércio total de bens positivo e comércio total de serviços negativo, o que indica que são países prioritariamente produtores de bens e consumidores de serviços. Como já vimos anteriormente, com a reprimarização recente da América Latina esses países possuem hoje economias baseadas prioritariamente na exportação de produtos primários.

(B) Por meio do governo

Outro meio de transferência de valor das economias dependentes para as centrais são as operações do governo, este busca capital internacional em empréstimos e ajuda financeira com altas taxas de juros que elevam seus índices de endividamento externo aumentam a parte dos valores produzidos no país que é enviado para fora.

Quanto maior o montante que os países tomam em empréstimo, e quanto maiores as taxas de juros que são aplicadas nessas operações, maiores são os valores transferidos dos países tomadores de crédito para os países credores por meio do pagamento de juros ao longo dos anos. Para demonstrar a situação dos países estudados apresentamos a seguir dados sobre as taxas de juros aplicadas nos empréstimos tomados no exterior por este países e os valores dessas operações.

No gráfico 10, a seguir, podemos observar as taxas de juros médias para novos empréstimos para grupos de países divididos por renda. Notamos que as taxas de juros têm abaixado para os países de renda média, e aumentado somente para os países de menor renda¹⁹. Podemos ver também que, para países com renda média, as taxas de juros são maiores até o ano de 2013, quando as taxas de juros para países de baixa renda ultrapassam as taxas de juros para países de renda média (inferior e superior) para logo em seguida adentrarem também em uma tendência à queda. A partir de 2014 as taxas de juros voltam à sua tendência anterior à queda e em 2015 a taxa média de juros para novos endividamentos com o exterior estão bastante próximas para os três grupos de países analisados.

¹⁹ Não há dados para os países de renda alta (High Income).

Fonte: World Development Indicators, 2017

Gráfico 10 – Taxa de juros média para novos empréstimos com o exterior (%), por renda

Já o gráfico 11, apresenta as taxas médias de juros para novos empréstimos obtidos no exterior para Brasil e Argentina. O que podemos observar é que ambos os países seguem as tendências internacionais, entretanto, com taxas médias de juros mais altas do que a média do grupo de países com renda média superior, do qual fazem parte.

Para ambos os países há uma tendência a baixa, com exceção do ano de 2014, quando a média das taxas de juros para novos empréstimos para o exterior da Argentina teve uma alta significativa, enquanto a do Brasil abaixou. Em 2015, entretanto, a tendência se inverte entre os dois países e a taxa média de juros para novos empréstimos brasileira passa a apresentar tendência a alta, superando a taxa argentina.

Fonte: World Development Indicators, 2017.

Gráfico 11 – Taxa de juros média para novos empréstimos com o exterior (%), por país

Os próximos dados (Gráfico 12 e Gráfico 13), tratam do total de reservas dos países como porcentagem da sua dívida externa.

Fonte: World Development Indicators, 2017

Gráfico 12 – Total de reservas em porcentagem da dívida externa, por renda

No gráfico 12, anterior, podemos observar que quanto maior a renda dos países maior a quantidade de reservas acumuladas em relação à dívida externa acumulada. Observamos, principalmente, que nos países de menor renda (renda baixa e renda média inferior) o montante acumulado em reservas é menor do que o montante acumulado em dívidas, média de reservas menor do que 100% em relação à média de dívida externa acumulada.

Fonte: World Development Indicators, 2017

Gráfico 13 – Total de reservas em porcentagem da dívida externa, por país

No gráfico 13, acima, podemos observar a mesma informação para Brasil e Argentina de forma isolada. No que se refere a quantidade de reservas como porcentagem da dívida acumulada Brasil e Argentina estão em posições bastante distintas, sendo no Brasil o montante em reservas (como porcentagem da dívida externa acumulada) muito maior do que na Argentina, chegando próximo aos 90% em 2011, sua melhor situação no período analisado, enquanto na Argentina a melhor situação, em 2010, está próxima aos 40% (41,22%). A curva que representa esses valores para os dois países segue, no entanto, as mesmas tendências de queda e alta, como podemos observar, o que demonstra que apesar de estarem em situações distintas atuam sobre os mesmos condicionantes externos.

Se compararmos os dados apresentados no gráfico 12 com os apresentados no gráfico 13 observamos que ambos os países estão em uma situação pior do que outros países de renda média superior, uma vez que a partir de 2006 a média para estes países está sempre acima

de 100%, enquanto não chega a esse número em nenhum momento para Brasil e Argentina ficando em um patamar mais próximo dos países de renda média inferior. O formato da curva, entretanto, indica que os países objeto desta pesquisa estão condicionados pelos mesmos fatores que os países de renda média superior, uma vez que suas curvas de reservas como porcentagem da dívida externa têm formato semelhante por todo o período.

Embora este seja um indicador utilizado para tratar da vulnerabilidade externa de um determinado país, entendemos também estes dados como indicadores de transferência de renda, uma vez que quanto maior o valor da dívida externa em relação ao PIB maior também a quantidade de valor (relativo) transferido do país analisado para os países credores.

Nos gráficos que seguem, 14 e 15, vamos analisar o total do serviço da dívida (soma dos principais reembolsos e juros pagos em moeda corrente, bens ou serviços pagos em dívidas de longo prazo, juros pagos a curto prazo e reembolsos ao FMI) como porcentagem das exportações de bens, serviços e renda primária.

Fonte: World Development Indicators, 2017

Gráfico 14 – Serviço total da dívida (% das exportações de bens e serviços), por renda

No gráfico 14 vemos que a o serviço total da dívida externa é maior quando comparada às exportações de bens serviços em países de renda média inferior, seguidos dos países de renda

média superior e, em situação bastante distinta, estão os países de renda baixa. Uma vez que os países dependem da exportação de bens e serviços para acumularem reservas e cumprirem com o pagamento de juros e amortização das dívidas realizadas em moedas estrangeiras isso significa que países de renda média inferior são os que permanecem em situação de maior risco durante o período e, por isso, podem sofrer maiores intervenções de agências de crédito em sua tomada de decisões.

Fonte: World Development Indicators, 2017

Gráfico 15 – Serviço total da dívida (% das exportações de bens e serviços), por renda

No gráfico 15 podemos analisar os mesmos dados para Argentina e Brasil somente, e vemos que apesar de estes países estarem no início do período em situação bastante distante da média de países de renda média superior (64,28% e 87% respectivamente, enquanto a média para o grupo de mesma renda era 23,46%) conseguiram abaixar os índices de endividamento no decorrer do período, porém ainda estão acima da média (24,05 e 38,1 respectivamente, para uma média de 11,38%). Também para este indicador os países escolhidos apresentam valores mais próximos dos encontrados para países de renda média inferior.

(C) Por meio de capitalistas privados

O terceiro ator em nossa proposta de classificação são os capitalistas privados, investidores particulares estrangeiros e residentes que aplicam seu capital no país e transferem as rendas obtidas com este para o exterior impedindo que os lucros gerados permaneçam no território em que foram gerados e sejam reinvestidos para seu desenvolvimento econômico ou social.

O primeiro indicador que analisamos aqui são os fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)²⁰ para fora do país, como porcentagem do Produto Interno Bruto. Com este indicador podemos analisar a quantidade de dinheiro enviada ao exterior por capitalistas privados que investiram capital no país, uma vez que os lucros e dividendos obtidos por estes investimentos não permanecem no país de origem, podendo ser transferidos para o país de origem do investidor, reinvestido em outros países ou permanecer no país.

Esses fluxos de capital que adentram os países dependentes são investimentos que seguem a lógica capitalista de reprodução do capital, o que na América Latina significa a lógica de extração de excedentes por meio da transferência de valor. O IED chega a esses países buscando novos mercados e recursos para obter maiores lucros que serão posteriormente repatriados. Nesse sentido, politicamente, o IED atua na manutenção e reprodução da dependência, uma vez que busca retirar do país receptor mais do que investir. Essa lógica fica clara quando observamos as medidas tomadas pelos países dependentes que pretendem atraí-lo por meio de políticas de abertura econômica que facilitam a entrada e saída de capital.

Para Magalhães (2009) a essência do IED é a extração de recursos econômicos e naturais dos países dependentes ou forma sistemática por meio de uma acumulação prévia utilizada como adiantamento para uma acumulação posterior, normalmente maior.

O IED, enquanto fenômeno, formação material, é a manifestação visível de uma transferência de capital que parte dos países centrais e da qual apenas uma pequena parte se dirige aos países dependentes. Mas a atividade deste fenômeno, desta formação material, dá-se com o encobrimento da essência por parte da aparência: transfere-se um capital que fora previamente acumulado, e o utiliza para uma

²⁰ Categoria de investimentos realizados por não-residentes em um país de forma associada a um residente, mas onde o investidor mantém um significativo grau de influência no gerenciamento dos negócios realizados (World Development Indicators Databank)

acumulação ulterior, a qual é então enviada aos países centrais, estes manipuladores principais, mas não imediatos, do processo de drenagem de recursos, sob a forma de remessas de lucros (MAGALHÃES, 2009, p. 90).

Aqui buscaremos apreender a essência do fenômeno do IED por meio da análise de dados macroeconômicos coletados em bancos de dados internacionais. Observamos primeiro os valores transferidos ao exterior em forma de IED para os países divididos em categorias de renda no Gráfico 16, a seguir. Esse indicador demonstra a capacidade dos países de enviarem capital para fora (por meio de capitalistas privados) e de receberem de volta juros e dividendos. Podemos notar que há correlação direta entre maior renda per capita e porcentagem do PIB do país que representa os valores de IED por ele enviados.

Fonte: World Development Indicators, 2017

Gráfico 16 – Investimento estrangeiro Direto (IED), fluxos para fora (% do PIB), por renda

No gráfico 17 observamos a mesma informação, mas agora para os países objeto de nosso estudo de forma isolada. Podemos ver que Brasil e Argentina tem diferentes capacidades de investimento no exterior, estando o Brasil mais próximo da média dos países na mesma faixa de renda per capita (renda média superior) enquanto a Argentina apresenta valores mais próximos à média de países de renda média inferior.

Fonte: World Development Indicators, 2017

Gráfico 17 – Investimento estrangeiro Direto (IED), fluxos para fora (% do PIB), por país

No próximo gráfico (Gráfico 18) analisamos os fluxos²¹ de IED que foram recebidos pelos países divididos por faixa de renda e podemos notar que na maior parte do período analisado os países de renda média superior retiveram mais IED do que os países de renda média inferior e, enquanto para países de renda baixa há uma tendência crescente que não segue este mesmo padrão, para países de renda alta não há uma tendência que percorre todo o período, para estes países depois de uma alta nos valores recebidos (no período do 2005 a 2007) observamos uma queda brusca nos valores recebido no período que vai de 2008 a 2009.

²¹ Fluxos de IED, aqui e nos próximos gráficos apresentados, significa que a informação mostrada são os valores e novos fluxos de investimentos diminuídos dos valores enviados para fora em forma de repatriamento de lucros e dividendos (desinvestimentos). No original em inglês: "new investment inflows less disinvestment" (World Development Indicators).

Fonte: World Development Indicators, 2017

Gráfico 18 – Investimento estrangeiro Direto (IED), fluxos para dentro (% do PIB), por país

Analisando somente o Brasil e a Argentina (Gráfico 19) a partir do mesmo indicador podemos ver que os dois países possuem um perfil bastante distinto, sendo no Brasil os valores de IED retidos no país são historicamente maiores (em relação ao PIB) do que na Argentina, no período mais recente (a partir de 2014) os valores de IED que o país recebeu estão mais próximos a média de valores recebidos pelos países de renda baixa, enquanto os valores recebidos pela Argentina apresenta valores abaixo da média de todos os outros grupos de países.

Fonte: World Development Indicators, 2017

Gráfico 19 – Investimento estrangeiro Direto (IED), fluxos para dentro (% do PIB), por país

Os gráficos 20 e 21 a seguir demonstram de maneira mais clara a vantagem que levam os países de maior renda na extração de excedentes pela aplicação de capitais em outros países.

Fonte: World Development Indicators, 2017

Gráfico 20 – Renda primária do IED (% do PIB), por renda

Podemos ver que há correlação entre o valor do PIB que representa a renda primária do IED – que inclui os pagamentos de renda direta de investimento (lado do débito), que consistem em rendimentos no capital próprio (dividendos, lucros das sucursais e lucros reinvestidos) e rendimentos na dívida intercompanhia (juros) recebidos – e a renda *per capita*.

No gráfico 21 abaixo temos a mesma informação para os países objeto deste estudo, Brasil e Argentina, e podemos observar que, apesar de apresentarem a mesma tendência a queda, para os países objeto deste estudo a renda primária do IED representa para o PIB (no período mais recente) porcentagens maiores do que representam em média para os países da mesma faixa de renda per capita (renda média superior).

Fonte: World Development Indicators, 2017

Gráfico 21 – Renda primária do IED (% do PIB), por país

6 CONCLUSÃO

Para este estudo coletamos dados no intuito de traçar um perfil da transferência de valor em dois países, Brasil e Argentina ambos países latino-americanos que possuem renda per capita média superior (entre U\$\$ 1.941,00 e U\$\$ 6.000,00). A situação desses países no mercado mundial que pudemos observar na primeira categoria de transferências de valor, em comparação com outros países de renda média superior, demonstra que os valores são transferidos desses países para os países centrais em maior quantidade. Pelos dados sobre exportação de produtos de alta tecnologia observamos que esses países apresentam menor porcentagem de bens de alta tecnologia em proporção às exportações totais de manufaturados do que a média dos países da mesma faixa de renda. Esses países também investem menor porcentagem do PIB em Pesquisa e Desenvolvimento que a média dos países de renda média superior. O que podemos tirar dessa situação é que os países estudados são menos desenvolvidos tecnologicamente e por isso estão em desvantagem no comércio internacional quando comparados com outros países na mesma faixa de renda.

Analisando as transferências de valor que ocorrem por meio das operações do governo podemos concluir que os países estudados pagam taxas de juro em média maiores que outros países na mesma faixa de renda em seus empréstimos no exterior, além de emprestarem montantes também maiores que a média emprestada por outros países de renda média superior. Ambos os países, no período recente, não possuem reservas maiores que a dívida externa acumulada, não seguindo a média da faixa de renda que é maior que 100% a partir de 2006. Em ambos os países o serviço da dívida (em porcentagem do PIB) também está bem acima da média para a faixa de renda média superior. Os países focados neste estudo apresentam indicadores piores do que países da mesma faixa de renda per capita, o que indica que são países com altas dívidas, quando comparados com o restante dos países em sua mesma condição, e que por isso estão enviando uma parte maior (de novo, comparativamente) do valor produzido em seus territórios para o exterior.

A última forma de transferências de valor apresentada é por meio de agentes privados, onde analisamos os valores de Investimento Externo Direto (IED), que já estabelecemos como fator responsável pela transferência de valor por meio do repatriamento de lucros e dividendos. Os países estudados investem menos no exterior, e também retém menos do que

neles é investido por estrangeiros, do que a média de países na mesma faixa de renda, entretanto a renda primária obtida pelos investimentos realizados pelos seus residentes no exterior representam parte igual ou superior à média dos países na mesma faixa de renda de seu PIB.

O que podemos concluir com esses dados é que, apesar de serem países de renda mais elevada (renda média superior), Brasil e Argentina se comportam como países de renda menor (renda média inferior e até renda baixa) no que se refere às transferências de valor demonstrando que são mais vulneráveis e transferem mais valor para os países centrais, ou seja, são países dependentes.

Concluimos o trabalho reafirmando que as transferências de valor são a característica estrutural que impedem o pleno desenvolvimento dos países dependentes, não sendo uma exceção que atinge somente os países periféricos, pelo contrário, é a base do capitalismo.

*

Seguindo os apontamentos de Ruy Mauro Marini os próximos passos para essa pesquisa seriam estudar as consequências da transferência sistemática de valores no funcionamento da sociedade nos países dependentes. Este estudo deve incluir duas questões: as consequências para o povo, ou seja, a superexploração da força de trabalho e a organização política e social que permite que a classe dominante permaneça no poder para garantir que a continuidade dessas transferências em troca de ganhos financeiros.

A superexploração da força de trabalho, é um aspecto muito importante da questão, que não foi tratado com profundidade neste trabalho pelas limitações que a produção de uma dissertação impõe – uma vez que para o autor a consequência da transferência de valor dos países dependentes para os centrais é a superexploração dos trabalhadores nos países dependentes pela burguesia local que, ao não poder realizar sua mais-valia de forma satisfatória busca aumentar seus lucros pelo pagamento de salários abaixo do necessário para a manutenção e reprodução da força de trabalho e aumento das jornadas de trabalho em tempo e intensidade.

Já os mecanismos internos que permitem as transferências de valor, para nós, devem ser estudados a partir da análise da divisão de classes na sociedade dependente uma vez que, todo o esquema de envio de excedentes para os países centrais depende do apoio da classe dominante que controla a política nacional.

Outro tema de pesquisa que se abriu para nós neste trabalho foi o estudo da especialização produtiva na atualidade. Com os dados coletados pudemos observar que a especialização produtiva segue a divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, sendo os primeiros prioritariamente exportadores de serviços e os segundos de bens.

Essa divisão, entretanto não representa que os países subdesenvolvidos não estejam mais em desvantagem no mercado mundial por produzirem também bens de auto nível de tecnologia em sua fabricação, que são normalmente produzidos com alta composição orgânica de capital, uma vez que os bens de alta tecnologia são produzidos em países dependentes com capital externo (ou pelo menos sob controle de não residentes²²) e por isso o lucro produzido pela produção e venda dessas mercadorias não é realizado no país onde o processo está centrado, mas em outros lugares, em países desenvolvidos (centrais). Essa especialização produtiva reforça a tese da dependência na medida em que, por meio dela podemos observar que mesmo quando produzem bens de alta tecnologia os países subdesenvolvidos o faz de forma dependente e tem seus lucros enviados para o exterior.

Dentro do território nacional do país dependente essa situação tem efeitos perversos, uma vez que o empresariado nacional e as altas classes que definem os rumos políticos do país passam a agir para promover condições cada vez mais atrativas para o capital externo e com isso obter vantagens econômicas pela sua aplicação no país às custas do bem-estar da população em geral. O capitalismo dependente associado, da forma como proposto por Cardoso e Faletto (1970) parece ter tomado conta da política nacional e no Brasil vemos hoje, de forma cada vez mais agressiva, grupos comandados pela elite nacional ameaçando os direitos dos trabalhadores, das minorias indígenas, de afrodescendentes, das mulheres etc., para garantir caminho livre ao empresariado internacional que deseja fazer de todo o mundo subdesenvolvido seu parque industrial de baixo custo.

²² André Gunder Frank (1969) trata dessa questão em “Latin America: underdevelopment or revolution” quando analisa o investimento estrangeiro direto no Brasil e aponta que esse dinheiro ao adentrar o território nacional se associa a capitais nacionais, obtidos por meio de empréstimos com o governo brasileiro, e utilizam seu capital e o capital nacional, agora sob seu controle, para investir no Brasil e obter lucros que serão posteriormente enviados para o seu país de origem.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. Manual de Economia Política. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/manual/index.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.

AMARAL, M. S. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13499>. Acesso em: 23 jun. 2017.

AMARAL, M. S. . Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina?: elementos para uma investigação. In: Andréia Galvão; Elaine Amorim; Júlia Gomes e Souza; Leandro Galastri. (Org.). **Capitalismo: crises e resistências**. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2012a.

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012b. Tese (Doutorado em Economia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

AMIN, Samir. **O Desenvolvimento desigual** – Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

ANTUNES, Jadir. O Fenômeno da Desindustrialização Latino Americana. Gepal (Grupo de Estudos de Política da América Latina), UEL-PR. Anais III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008, Londrina-PR. Anais...Londrina-PR: UEL, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/jadirantunes.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2015.

BORGES NETO, J. M. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.33, p.83-104, 2011.

BORGES NETO, J. M. As várias dimensões da lei do valor. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, n. 14(3), p. 143-158, 2004.

BORON, A. Teoria(s) da dependência. **Realidad Económica**, nº 238, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estado e desenvolvimento industrializado**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, 2010

CARCANHOLO, M. D. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. **Trab. Edec. Saude**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013.

CARCANHOLO, R. A. **La transferencia de valor y el desarrollo del capitalismo en Costa Rica**. Tese de Doutorado. 1981. México, Universidad Nacional Autonoma de Mexico.

CARCANHOLO, R. A. **Elementos básicos da teoria marxista do valor**. Campinas: Centro de Estudos Marxistas, 2005. Anais.

CARCANHOLO, R. A. **Capital: essência e aparência**. Volume 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARCANHOLO, R.A. **Capital: essência e aparência**. Vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARDOSO, F. H., FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970

CARDOSO, F. E.; HELWEGE, A. **A Economia da América Latina**. Editora Ática, São Paulo, 1993.

CARDOSO, F. H., SERRA, J. As desventuras da dialética da dependência. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo, n. 23, s.p., 1978.

CHESNAIS, F. “A proeminência da finança no seio do ‘capital em geral’, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital”. In: CHESNAIS, F. et alii, **Finança Capitalista**. São Paulo: Alameda Editorial, 2010.

DINIZ FILHO, L.L. Os equívocos da noção de “regiões que exploram regiões”. Crítica ao conceito de transferência geográfica de valor de Edward Soja. Rev. do Departamento de Geografia, São Paulo, n. 13, 1999.

DOS SANTOS, T. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DOS SANTOS, T. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 30, p. 5-18, 2011.

EBRAHIM-ZADEH, C. Back to Basics – Dutch Disease: Too much wealth managed unwisely. **Finance and Development, a quarterly magazine of the IMF**, volume 40, nº1, 2003. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2003/03/ebra.htm>. Acesso em: 23 jun. 2017.

FIORI, J. L. **Desenvolvimento e dependência**. Carta Maior, 29/03/2012.

FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, Vol. 2, nº 6, 1972.

FRANK, A. G. El desarrollo del subdesarrollo. **Pensamiento Crítico**, Habana, nº 7, 1967

FRANK, A. G. Sociology of development and underdevelopment of sociology. In: CHEW, S.; DENEMARK, R. **The underdevelopment of development: essays in honour of Andre Gunder Frank**. Thousand Oaks Publications, CA: Sage Publications, 1996.

FRANK, A. G. **Latin America**: underdevelopment or revolution. New York: Monthly Review, 1969.

FURTADO, C. Estado e empresas transnacionais na indústria periférica. **Revista de Economia Política**. Vol. 1, nº 1, 1981.

KAY, C. André Gunder Frank: 'Unity in Diversity' from the Development of Underdevelopment to the World System. **New Political Economy**, Vol. 16, Nº 4, 2011.

LEITE, L. M. Mais-valor extra enquanto transferência de valor: pistas para compreender o (sub)imperialismo. Seminário Marx e o marxismo: insurreições, passado e presente. Niterói-RJ. 2015. Anais... Niterói-RJ: CEMARX, 2015.

LIMONGI, F. Fernando Henrique Cardoso: Teoria da Dependência e transição democrática. **Novos Estudos**, nº 94. 2012.

MAGALHÃES, L. F. A. **O Investimento Estrangeiro Direto (IED) na América Latina: elementos para uma análise totalizante**. Monografia. Universidade Federal de Santa Catarina. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123581>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARINI, R.M. Intercambio desigual y superexplotación : marxismo y sociologia. In: MARINI, R.M.; MILLÁN, M. (Orgs.) **La teoría social latinoamericana**, textos escogidos. Ciudad del México: UNAM, 1994.

MARINI, R. M. La crisis del desarrollismo. In: MARINI, R. M. ; MILLÁN, M. (Orgs.) **La teoría social latinoamericana**. Subdesarrollo y dependencia. Tomo II. México: Ediciones El Caballito, 1999.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.) **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K. **Obras escolhidas**. Tomo III. Lisboa: Edições Avante, 1982.

MARX, K. **O capital**. Livro III. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, K. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013

MEDEIROS, P. V. M. **Reprimarização da economia Latinoamericana**: o discurso dos investimentos em infraestrutura de transporte como projeto modernizador e desenvolvimentista. 2º Simpósio Pensar e Repensar a América Latina. Prolam. USP. 2016. Anais... São Paulo: PROLAM, 2016. Disponível em: http://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/MEDEIROS_SP15-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf. Acesso em: 23 jun. 2017.

OSÓRIO, J. Fuentes y tendencias de la teoría de la dependencia. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. **La teoría social latinoamericana**. Subdesarrollo y dependencia. Tomo III. México: Ediciones El Caballito, 1999.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

OLEIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol. 30, n. 2 (118), 2010.

PAIVA, C.A.N. Fernando Henrique Cardoso: O anti-dependentista. **Textos para discussão FEE**, n° 15. Porto Alegre, 2007.

PAULANI, L. M. A autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. In: **Revista Economia**, 2011, vol. 12 (1).

PEREIRA, G. O. **A teoria da interdependência e do desenvolvimento associado**: as posições de Cardoso e Faletto. Seminário Marx e o marxismo: teoria e prática. 2011, Niterói, RJ. Anais... Niterói-RJ: CEMARX, 2011.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000

REGALADO, R. **La Izquierda Latinoamericana en el Gobierno**: ¿Alternativa o Reciclaje? Ocean Sur, La Habana, 2012.

RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SEABRA, R. L. **A Política Operária como prelúdio da Teoria Marxista da Dependência** (Capítulo de livro - no prelo). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320108359_A_Politica_Operaria_como_preludio_da_Teoria_Marxista_da_Dependencia. Acesso em: 6 nov. 2017.

SHOELLER, W. Subdesenvolvimento e troca desigual no mercado mundial. **Estudos CEBRAP**, n. 22, São Paulo, 1975.

SOJA, E. Uma concepção materialista da espacialidade, In: BECKER, B. et. al. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Ensaios sobre Economia Política. Zahar: Rio de Janeiro, 1974.

BANCOS DE DADOS

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). CEPALSTAT.

Disponível em: http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp. Acesso em 23 jun. 2017.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Unctad statistics. Disponível em: <http://unctad.org/en/Pages/Statistics.aspx>.

Acesso em: 23 jun. 2017.

WORLD DEVELOPMENT INVESTMENT (WDI). World bank open data. Disponível em: <http://data.worldbank.org/>. Acesso em: 23 jun. 2017.

ANEXO A

Categorias de renda per capita (em US\$ corrente)

Renda baixa (Low income) $\leq 480,00$

Renda Média Inferior (Lower middle income) 481,00 – 1.940,00

Renda Média Superior (Upper middle income) 1.941,00 – 6.000,00

Renda Alta (High income) $> 6.000,00$

Renda baixa (países com PIB per capita menor que US\$ 480,00)

Afghanistan

Benin

Burkina Faso

Burundi

Central African Republic

Chad

Comoros

Congo, Dem. Rep.

Eritrea

Ethiopia

Gambia, the

Guinea

Guinea-Bissau

Haiti

Korea, Dem. People's Rep.

Liberia

Madagascar

Malawi

Mali

Mozambique

Nepal

Niger

Rwanda

Senegal

Sierra leone

Somalia

South sudan

Tanzania

Togo
Uganda
Zimbabwe

Renda média inferior (países com PIB per capita entre US 481 e US 1.940,00)

Armenia
Bangladesh
Bhutan
Bolivia
Cabo Verde
Cambodia
Cameroon
Congo, Rep.
Cote d'Ivoire
Djibouti
Egypt, Arab Rep.
El Salvador
Ghana
Guatemala
Honduras
India
Indonesia
Kenya
Kiribati
Kosovo
Kyrgyz Republic
Lao Pdr
Lesotho
Mauritania
Micronesia, Fed. Sts.
Moldova
Mongolia
Morocco
Myanmar
Nicaragua
Nigeria
Pakistan
Papua New Guinea

Philippines
Samoa
Sao Tome and Principe
Solomon Islands
Sri Lanka
Sudan
Swaziland
Syrian Arab Republic
Tajikistan
Timor-Leste
Tonga
Tunisia
Ukraine
Uzbekistan
Vanuatu
Vietnam
West Bank and Gaza
Yemen, Rep.
Zambia

Renda média superior (países com PIB per capita entre US\$ 1.941,00 e US\$ 6.000,00)

Albania
Algeria
American Samoa
Angola
Argentina
Azerbaijan
Belarus
Belize
Bosnia and Herzegovina
Botswana
Brazil
Bulgaria
China
Colombia
Costa Rica
Cuba
Dominica

Dominican Republic
Ecuador
Equatorial Guinea
Fiji
Gabon
Georgia
Grenada
Guyana
Iran, Islamic Rep.
Iraq
Jamaica
Jordan
Kazakhstan
Lebanon
Libya
Macedonia, Fyr
Malaysia
Maldives
Marshall Islands
Mauritius
Mexico
Montenegro
Namibia
Palau
Panama
Paraguay
Peru
Romania
Russian Federation
Serbia
South Africa
St. Lucia
St. Vincent and the Grenadines
Suriname
Thailand
Turkey
Turkmenistan
Tuvalu
Venezuela, RB

Renda alta (países com PIB per capita maior que US\$ 6.000,00)

Andorra
Antigua and Barbuda
Aruba
Australia
Austria
Bahamas, the
Bahrain
Barbados
Belgium
Bermuda
British Virgin Islands
Brunei Darussalam
Canada
Cayman Islands
Channel Islands
Chile
Croatia
Curacao
Cyprus
Czech Republic
Denmark
Estonia
Faroe Islands
Finland
France
French Polynesia
Germany
Gibraltar
Greece
Greenland
Guam
Hong Kong Sar, China
Hungary
Iceland
Ireland
Isle of Man

Israel
Italy
Japan
Korea, Rep.
Kuwait
Latvia
Liechtenstein
Lithuania
Luxembourg
Macao Sar, China
Malta
Monaco
Nauru
Netherlands
New Caledonia
New Zealand
Northern Mariana Islands
Norway
Oman
Poland
Portugal
Puerto Rico
Qatar
San Marino
Saudi Arabia
Seychelles
Singapore
Sint Maarten (dutch part)
Slovak Republic
Slovenia
Spain
St. Kitts and Nevis
St. Martin (French Part)
Sweden
Switzerland
Trinidad and Tobago
Turks and Caicos Islands
United Arab Emirates
United Kingdom

United States

Uruguay

Virgin Islands (U.S.)